

PORTUGAL democrático

REDAÇÃO: R. Conselheiro Crispiniano, 379 — Sala 601 — Telefone: 35-5822 — SÃO PAULO

ANO I N.º 10

SÃO PAULO, ABRIL DE 1957

Cr\$ 3,00

Aos Leitores

Com este número o vosso jornal entra numa nova fase. A melhoria da parte material do PORTUGAL DEMOCRÁTICO só se conseguiu mercê de grandes sacrifícios a que, estamos certos, os nossos leitores saberão corresponder, ajudando-nos mais do que nunca.

A melhor forma de nos auxiliar consiste em difundir por toda a parte o vosso jornal e em conseguir um número cada vez maior de assinaturas. Que todos os leitores, portanto, se proponham como tarefa o envio de um exemplar de PORTUGAL DEMOCRÁTICO a um amigo e a angariação de, pelo menos, uma assinatura.

A Luta dos Estudantes Portugueses

Portugal Democrático que consagrou uma página do seu número oito ao movimento dos estudantes portugueses em favor das liberdades académicas, orgulha-se de ter sido o primeiro jornal do mundo a noticiar esta ação dos jovens de Lisboa e Coimbra. Recordamos que num tour de force de que a PIDE gostaria de ter o segredo, conseguimos publicar uma fotografia das manifestações académicas em Coimbra. Hoje, retomamos o assunto, em primeiro lugar porque a luta dos estudantes ainda não terminou e depois porque recebemos recentemente elementos bem pormenorizados e vividos, de grande interesse para os nossos leitores, sobre a heróica luta dos nossos estudantes.

A luta dos estudantes portugueses continua, apesar de toda a repressão. Assim, com a reabertura das aulas recomeçou a mobilização da academia para maiores ações de conjunto. Algumas reuniões efetuadas nas Faculdades, no setor estudantil do MUD Juvenil e num organismo de união inter-associações académicas, levaram os estudantes de Lisboa à ideia de um abaixo-assinado à Assembléa Nacional, que seria entregue pelos dirigentes associativos, acompanhados por todos os estudantes que assim o desejassem. Esta medida foi aprovada por unanimidade numa reunião inter-associações, na qual se decidiu, ao mesmo tempo, que as assembléas deste organismo seriam públicas e anunciadas antecipadamente, que as informações estudantis deviam ser alargadas, que os estudantes deviam reunir-se, em assembléa preparatória, para preparação dos estatutos e que se deviam intensificar as relações com os estudantes do Porto e de Coimbra.

REPRESENTAÇÃO DE ESTUDANTES À ASSEMBLÉIA

Estas resoluções espalharam-se rapidamente pelas Faculdades. Entretanto, aproximava-se a data da apresentação à Assembléa Nacional do famigerado decreto 40.900 (que Portugal Democrático publicou na íntegra no seu n.º 8) cerceando ainda mais as já reduzidas liberdades académicas portuguesas. A organização inter-associações decidiu elaborar um documento, a entregar à Assembléa, protestando contra este decreto e pedindo a sua revogação. Depois de se conseguirem algumas centenas de assinaturas para este documento, realizaram-se duas reuniões, com centenas de estudantes, que aprovarem os termos da moção e a sua entrega na Assembléa pelos estudantes, que, entretanto, fizeram circular um comunicado pedindo a comparência de todos, no dia da discussão parlamentar.

A MANIFESTAÇÃO EM LISBOA

Na data marcada pelas 15 horas começaram a chegar estudantes de todos os lados, recebidos na escadaria da Assembléa Nacional por uma força de 200 polícias. Pelas esquinas das ruas vizinhas viam-se carrinhas da PIDE e furgonetas com postos emissores. As escolas na parte da tarde apareceram rodeadas de polícia. A Faculdade de Letras (a mais próxima da Assembléa) estava completamente cercada.

VIOLENTA AGRESSÃO POLICIAL

Impossibilitados de entrar na Assembléa, os estudantes concentraram-se nos jardins laterais. Entretanto, o seu número crescia. A Polícia, vendo que os estudantes não arredavam pé, intimou-os a circular "sem olharem para trás". Como um dos estudantes, filho de um professor da Escola Superior de

(Continua na pág. 2)

A Política de mãos sujas

Com intervalo de duas semanas foram assassinados em Fevereiro numa prisão do Pôrto dois homens simples e bons, dois democratas dignos e honrados, cujo único crime era o amor que dedicavam ao seu país e o desejo que tinham de uma vida melhor para todos os portugueses.

Os nomes de Joaquim Lemos de Oliveira e de Manuel Fluzza Júnior ficam inscritos na lista, infelizmente já bem longa, dos mártires da nossa Democracia. Em todo o país não se acalmará tão cedo a onda de indignação provocada por mais estes dois crimes da polícia política do Estado Novo. As circunstâncias odiosas em que os dois assassinios foram perpetrados, as torturas comprovadas a que Joaquim Lemos de Oliveira e Manuel Fluzza Júnior (um velho democrata, de 70 anos de idade!) foram submetidos, desencadearam uma vaga de protestos, que vão desde a homenagem singela do anónimo, que exterioriza a sua cólera escrevendo Morram os assassinos da PIDE no muro que corre ao longo da estrada, até à ação organizada dos advogados do Pôrto, que dirigiram ao Ministro da Presidência uma exposição requerendo um inquérito imediato sobre as duas mortes.

O Governo de Salazar, sempre tão bem informado sobre o que se passa na nação, não pode continuar alegando ignorância quanto aos crimes que a sua Polícia comete. O silêncio do gabinete do "Professor de Coimbra", do "intelectual de Santa Comba", do "homem calmo e equilibrado que reprova todos os métodos violentos", foi certamente quebrado pelo eco dos gritos das duas vítimas e da cólera de todo um povo.

Os Ministros que escolheu, o Presidente da República que fez eleger, não conseguirão tapar os ouvidos ao clamor que sobe dos quatro cantos da Nação. Porque todos sabem, Senhores Ministros, que no Portugal de hoje se assassina gente no fundo das prisões! No Portugal do Estado Novo, Senhor Presidente da República, há patriotas que purgam penas já cumpridas, há velhos de 70 anos que são torturados até à morte, nesse casarão sinistro da Rua do Heroísmo, mesmo no lado de Coimbra (isso nome profético e que localização bem escolhida, Senhor Presidente!).

Que justificação apresentarão estes Ministros, perante a sua consciência e perante o mundo que os julgará, quando lhes forem pedidas contas pelos sucessivos anos de subserviências e de acomodações que os levaram a aceitar uma tal cumplicidade com tão sórdida máquina policial? Que resposta dará este Presidente da República, quando amanhã visitar o Brasil, a um jornalista livre que lhe pergunte o que sabe quanto aos crimes da polícia de Salazar?

Assassinando os dois patriotas do Pôrto, os homicidas da PIDE praticaram um crime contra a Nação portuguesa. Como poderá, agora, apresentar-se no Brasil, em representação de Portugal, um homem que, pelo seu silêncio, pela sua aquiescência muda a esta política de mãos sujas, avaliza e garante a adopção de tais métodos?



contra a existência duma ditadura em Portugal, é uma força que exaspera aqueles que desejariam aniquilar-me num campo de concentração africano, aqueles que se habituaram à infâmia de não admi-

tir vózes discordantes, aqueles que, sentindo-me de corpo a salvo do seu poderio, tentarão aniquilar-me na fama, no crédito, e servir-se-ão de navalhas em mãos de rufias

(Continua na pág. 6)

EU E "A VOZ"

por MARIA ARCHER

A Direção de "Portugal Democrático" deu resposta, no número anterior, ao artigo "Coisas Ignóbeis", publicado em Lisboa, em "A Voz" de 26 de fevereiro último. As "coisas ignóbeis", segundo "A Voz", são "Portugal Democrático" e eu.

Não foi com o meu acôrdo que "Portugal Democrático" concedeu a "A Voz", categoria de interlocutor; nem é do meu gosto escrever estas laudas. A Palma Cavalão responde-se apenas com "bengaladas secretas", como se lê nos Maíias. Mas faço-o porque no artigo de "Portugal Democrático" se indica que eu entrarei neste prêmio. E aqui estou, mas com ânimo de ausência. Veramente, que vale a desofronta publicada em "Portugal Democrático", (jornal que a censura postal portuguesa não deixa entrar no País, que só alcança chegar a Lisboa com artifício e em duas centenas de exemplares, esses mesmos só entregues a amigos), se com ela não atinjo os dois milhares de leitores que a mais não chegam os de "A Voz"? Esforço inútil. Toda a gente sabe, em Portugal, que insultos e calúnias são lamentáveis atitudes da baixeza moral de "A Voz" e seus asseclas. Não as estranho nem é de estranhar que com a nossa reação redobrem de gritos e se reforcem no clima de impunidade em que os cobardes se sentem a gosto. Porque podem ser taxados de cobardes aqueles que atacam quem quer que seja num país em que o visado não tem

defesa. E para mim, ou "Portugal Democrático", a imprensa portuguesa é área de molim medieval onde nos queimam em efígie, não de pleito judicial de País civilizado. Aqueles que ali nos atacam sentem-se com a segurança covarde das multidões de linchadores.

Tenho diante dos olhos o "New York Times", do dia 6 de abril e remeto os asseclas de "A Voz", à deontologia expressa no artigo sobre Herbert Norman, em que se nega ao senador Eastland o direito moral de atrair suspeitas sobre Norman quando este não podia ser acareado com os acusadores nem defender-se onde era atacado. Digo-o para acentuar que o menos que nos deveria ter sido oferecido, a "Portugal Democrático" e a mim, se houvesse um honesto propósito de justiça, seria o direito de nos defendermos no mesmo jornal em que nos acusavam. Atacando-nos cobardemente, como o fizeram, escudados na estrutura policial duma Nação, merecem-me tamanho desprezo que declaro aqui, e peremptoriamente, ser esta a primeira e única vez em que me ocupo com estas "coisas ignóbeis" enquanto me encontrar impossibilitada de requerer, judicialmente, perante os tribunais do meu País, a punição da calúnia. E não modificarei esta atitude haja o que houver, pensem de mim o que quiserem os que perderam a confiança em mim.

Conheço a frase de Figaro: "Ca-

lorniez, calorniez, quelque chose en restera"; por isso conto com a cooperação dos meus amigos e correlegionários, para que não alterem o juízo que faziam de mim sem provas inofismáveis de que eu deixei de lhes merecer o mesmo crédito; para que se lembrem de que eu sou a mesma pessoa que fui; para que entendam que a minha presença em São Paulo, a minha ação nos seus meios intelectuais e de sociedade, excelentemente recebida e considerada, e tendo nesses centros uma situação que nenhum salazarista aqui residente usufrue, sempre de voz altaneira



Quando os próceres salazaristas consagraram Maria Archer uma grande escritora (distribuição dos Prêmios Literários do S.N.I. em 1949, com a presença de Salazar e Cárter)

TRIBUNA dos Leitores

Um Católico Escreve-nos de Lisboa

Senhor Diretor

Como jovem e membro da J. O. C., li há dias com satisfação, a transcrição no jornal de que V. Exia. é Diretor, do artigo "Salve-se o prestígio dos Sindicatos" publicados no porta-voz da J. O. C. Portuguesa. Porém, como católico e democrata, não posso deixar de lhe manifestar o meu desagrado pela publicação do anúncio encimado pela recomendação "O LIVRO QUE TODOS DEVEM LER!" — Fátima, história de um grande embuste, de Tomaz da Fonseca! Ora, sabendo-se das convicções que os católicos de todo o Mundo têm pelo fato de Fátima, a publicação daquele anúncio, parece-me ser pouco democrática. Tanto mais que o autor do livro, é reconhecidamente um fanático anti-católico, que ainda há alguns anos escreveu vergonhosas mentiras nalguns artigos do jornal "A República" acerca do caso de Fátima, como o dos peregrinos se arrastarem obrigatoriamente, em doloroso penar, pelas estradas do País!, a imagem andar carregada de ouro!; e pasmai meu caro senhor — de que as pombas que acompanhavam a imagem da Mãe de Cristo, afirmam ou deus a entender, que eram de gesso ou, estavam presas!!! — quando toda a gente as via voar.

Na Central da J. O. C. em Bruxelas (Sede Internacional do Movimento) são recebidos com frequência jovens comunistas ou socialistas, que ali vão expor seus problemas de toda a espécie, e que muitas vezes a J. O. C. ou o Sindicato Cristão podem resolver. A mesma maneira de proceder anima e caracteriza a J. O. C. nos 72 países livres onde existe. Nos seus jornais, nunca se publicou qualquer artigo que possa ferir ou rebaixar qualquer ideal mesmo que este seja declaradamente contrário ao católico. Isto sim. Parece-me ser democrata, liberdade lógica, respeito mútuo. O mesmo, portanto, não poderei pensar do jornal que se intitula democrático, de que V. Exa. é Diretor.

Desculpe não assinar, mas a minha vida não permite ter contactos forçados com a PIDE, pelo fato de ter lido o seu jornal! nem tampouco com a "policia secreta" de que dispõe a democracia de cor avermelhada, como a publicação e recomendação do anúncio referido põem em dúvida. (Sic)

Pax Christi

...

Publicando esta carta, Portugal Democrático não pode deixar de manifestar o seu regozijo pela repercussão que a sua obra está alcançando no nosso país. Um jovem católico e democrata escreve-nos, de Lisboa, aplaudindo a transcrição de um artigo sobre a situação dos Sindicatos em Portugal e, ao mesmo tempo, criticando-nos acerbamente pela publicação de um anúncio de um livro do Professor Tomás da Fonseca. Embora devamos lamentar os termos desabridos com que o jovem católico e democrata manifesta o seu desagrado, não queremos assim mesmo deixar de transcrever na íntegra a sua carta (dando-lhe destaque uma lição de Democracia a que deve estar pouco habituado) e de responder-lhe, observando que:

1.º — O Prof. Tomás da Fonseca é um dos nossos mais estimados colaboradores e possui um passado de luta antiEstado Novo que o jovem católico de Lisboa, como democrata que afirma ser, não pode ignorar. Este passado, evidentemente, dá-lhe todo o direito a figurar nas nossas colunas.

2.º — O anúncio do livro em questão, como o nosso correspondente deve ter notado, é inserido no nosso jornal como publicidade, paga pelos editores brasileiros (a obra está proibida em Portugal).

3.º — O nosso jornal nunca confundiu em princípio, catolicismo com fascismo. Muitos dos que nos acompanham continuam pensando que os dois termos não são forçosamente sinónimos. Infelizmente, porém, no caso concreto de Portugal, os dois conceitos têm sempre andado tão ligados que os jovens como o que nos escreve, se são tão sinceramente democratas como católicos, terão muita dificuldade para apagar, da memória do povo português, a cumplicidade da hierarquia católica no estrangulamento que Portugal sofreu nos últimos trinta anos. E a melhor forma de redimir o catolicismo dessa cumplicidade não é, certamente, pretender dar lições de Democracia a um jornal como o nosso. A capacidade de luta dessa avis rara que é um jovem católico e democrata português tem com certeza vasto campo onde exercer-se dentro das próprias fileiras da JOC.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Director-responsável
Otávio Martins de Moura

Este jornal aceita toda a colaboração que vise servir Portugal e a Verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio; sua vida depende de todos os portugueses que desejam viver no nosso país um regime a altura das suas tradições democráticas. A forma mais imediata de o ajudar consiste em subscrever uma contribuição mensal, além duma assinatura anual.

Assinatura anual 30,00
Assinatura especial .. 120,00
Número avulso 3,00

Pontos de Venda

Além das bancas, Portugal Democrático encontra-se à venda nos seguintes locais:

Agência Soave — R. 7 de Abril, 341

La vie des Fleurs — Galeria Ipé — R. 7 de Abril, 111

Livraria das Bandeiras — Pça. da República, 162 — 1.º

AVISO

Avisamos os nossos amigos de que pessoas estranhas ao jornal estão utilizando o seu nome para angariar fundos.

Doravante só deverão ser entregues quaisquer importâncias para o jornal a pessoas devidamente credenciadas e contra recibo assinado por dois administradores.

A Luta dos Estudantes Portugueses

(Continuação da pg. 1)

Agronomia, lhes respondesse que "isso era demais" um capitão agrediu-o com a chibata. Foi este o sinal para a agressão geral da polícia: os guardas lançaram-se todos sobre os estudantes, de casse tête no ar. Na barafunda, a maioria dos estudantes procurou refugiar-se numa rua estreita, que dá para as trazeiras do Instituto de Ciências Económicas. Entretanto, a polícia fechou esta rua, na parte que dá acesso à Assembléa Nacional.

Frente ao edifício da Assembléa, parte da polícia continuava a impedir a entrada dos estudantes que, no entanto, aumentavam cada vez mais. Antes dos incidentes, 3 dirigentes estudantis conseguiram entrar na Assembléa, a fim de entregarem o abaixo assinado dos seus colegas ao Presidente do Parlamento dr. Albino dos Reis. Este esquivou-se a receber o documento, argumentando que já recebera uma exposição dos dirigentes das Associações de Estudantes. Ao saírem do gabinete, sem conseguirem cumprir a sua missão, os três delegados depararam com a agressão da Polícia. Dirigiram-se então ao Instituto de Ciências Económicas, de onde o Presidente da Associação do Instituto Superior Técnico telefonou ao Ministro da Presidência, relatando-lhe o que passava. O Ministro tentou ladear a questão, afirmando que "se a polícia agira foi porque com certeza os estudantes tinham feito desacatos". Entretanto, perante a gravidade da situação prometeu que tomaria providências.

INTERVENÇÃO PESSOAL DO MINISTRO DO INTERIOR

O Ministro do Interior, alarmado com o rumo que os acontecimentos tomavam, dirige-se pessoalmente à Assembléa Nacional, onde, depois de confabular com os dirigentes da Polícia de Segurança e da PIDE resolve deixar entrar os estudantes no edifício da Assembléa.

OS ESTUDANTES ENTRAM NO PARLAMENTO

Enchem-se então as galerias do Parlamento, onde já há muitos anos se não verificava tal afluência. Calcula-se em 1.700 o número de estudantes que conseguiu lugar na Assembléa. Cá fora, sem possibilidade de entrar, devem ter ficado cerca de 800 jovens, o que eleva a 2.500 o número de estudantes que nesse dia se movimentaram na defesa direta dos seus interesses.

Entretanto, realizava-se a discussão do decreto que, estimulado com presença dos jovens, adquiriu um nível invulgar na Assembléa. O Engenheiro Daniel Barbosa atacou o decreto, na sua generalidade e, quando terminou foi saudado com estrondosa salva de palmas. O Presidente Albino dos Reis tentou por três vezes calar os estudantes mas os seus esforços foram infrutíferos. O dr. Almeida Garrett, da Universidade do Porto, falou seguidamente, defendendo as medidas propostas pelo Governo, sendo vaiado pela assistência. Logo depois, para evitar maior agitação, o Presidente resolveu pôr o decreto à votação; o documento baixará à Câmara Corporativa, para receber emendas, o que significa que, se a vigilância dos estudantes não abrandar, esta ameaça pode ser afastada.

Os estudantes saíram da Assembléa na melhor ordem, o que não impediu que tivessem à sua espera cerca de 600 polícias, em caminhões

e carrinhas com postos emissores e alto-falantes sobre a capota.

NO DIA SEGUINTE

No dia seguinte, os placards das associações académicas relataram as agressões e a organização inter-associações aprovou um protesto ao Ministro do Interior, pedindo que se procedesse a sanções disciplinares contra os agressores e louvando o comportamento ordeiro dos estudantes.

EM COIMBRA

Em Coimbra, cuja Associação Académica, de tantas tradições, era diretamente atingida pelo famigerado decreto, os acontecimentos, embora não tenham atingido foros de violência como em Lisboa, nem por isso deixaram de mostrar a determinação da juventude contra as medidas governamentais. Assim, no próprio dia em que o decreto foi publicado no Diário do Governo alguns estudantes reuniram e decidiram ir para a rua discutir o seu conteúdo. Na reunião do CITAC (organismo estudantil para atividades teatrais) com a presença de cerca de uma centena de estudantes, discutiu-se também o decreto e exigiu-se a sua revogação. Entre os estudantes crescia a idéia de realizar uma Assembléa Magna que foi marcada para o dia 14. A esta reunião assistiram cerca de 1.500 estudantes, de todas as Faculdades de Coimbra, que decidiram: exigir a revogação do decreto; enviar telegramas de protesto ao Presidente do Conselho, Ministro da Educação Nacional e Presidente da Assembléa Nacional; declarar a indignidade académica para todos os estudantes que aceitam participar das Comissões Administrativas; promover no dia seguinte um desfile pelas ruas da cidade, dirigindo-se ao Reitor e ao Governador Civil.

DESFILE DE 3.000 ESTUDANTES

Neste desfile incorporaram-se 3.000 estudantes, levando oito minutos exatos a passar. Muitos académicos que já se encontravam em férias regressaram a Coimbra positivamente para nele tomarem parte. Entretanto, já no dia 14 quase ninguém se apresentou nas Faculdades. No dia 15 as salas de aula estavam desertas, como protesto. Os estudantes decretaram luto académico. O Conselho dos Veteranos publicou um decreto abolindo no dia 16 a "Praxe Académica". Na República "Al-ó-linda" apareceu um lefreiro dizendo "A gasolina subiu, mas o Leite desceu" (alusão ao Ministro da Educação, dr. Leite Pinto)... Durante o desfile os estudantes gritavam em coro: "Revogação do Decreto" "Autonomia" "Unidade Académica". Todas as seções da Associação levavam os respetivos estandartes.

NO PORTO

Os estudantes do Norte enviaram telegramas de apoio aos seus colegas de Coimbra e de Lisboa. O

objetivo, na opinião dos académicos do Porto é, não apenas a revogação do decreto 40.900, mas também a liberdade de criação e atuação das Associações Académicas em todas as Universidades e Escolas, superiores e secundárias. Desta forma, a academia portuguesa desencadeou uma luta no sentido de se solicitar o apoio da Ordem dos Advogados e de se agitar a idéia da realização de um Congresso Nacional de Estudantes, a que o Estado Novo sempre se opôs.

VITÓRIA DOS ESTUDANTES

A vitória incontestável dos estudantes na luta pelos seus direitos veio demonstrar mais uma vez que, quando depara com uma vontade decidida, Salazar é forçado a recuar. Os estudantes, porém, sabem que se afrouxarem, por um instante que seja, a unidade que lhes deu o triunfo, as autoridades do Estado Novo não lhes perdoarão o revés que sofreram. Por isso mesmo, segundo as últimas notícias que recebemos, existe da parte da juventude portuguesa uma vontade maior do que nunca de levar mais longe as suas reivindicações e de não deixar ficar no capítulo das promessas as declarações governamentais. Os estudantes não esquecem que, anteriormente, noutras ações que desencadearam (como na luta contra o aumento das propinas) o salazarismo enganou-os com promessas que não cumpriu. As tentativas para quebrar união dos estudantes não cessam: logo depois da reabertura das aulas o diretor da Faculdade de Medicina de Lisboa (uma das mais combativas) convocou a junta de delegados dos alunos para propor-lhe a criação de uma associação que, no fundo, correspondia quase às que o Governo pretendia impor pelo célebre decreto 40.900. Os estudantes rejeitaram a proposta, num amplo debate, cuja palavra de ordem foi "Não quebrar a unidade". Só esta, realmente, pode possibilitar à mocidade académica portuguesa a concretização do objetivo mais imediato da sua luta: liberdade para defender os seus interesses vitais.

FALECIMENTO

Faleceu inopinadamente, no passado dia 2 de abril, em São Paulo, onde se encontrava de passagem, o brilhante médico português Dr. João do Carmo Sousa Santos, natural do Porto, que visitava a América do Sul, em viagem de estudo patrocinada pela Organização Mundial de Saúde. Prestigiosa figura de democrata, o Dr. Sousa Santos, que contava 47 anos, fez a sua carreira profissional em Angola, onde desempenhou o cargo de Delegado de Saúde em algumas das mais importantes cidades daquela Província. Em 1956 representou o nosso país na Conferência Internacional sobre Tripanosomioses, que se efetuou em Salisbury (Rodésia). PORTUGAL DEMOCRÁTICO apresenta condolências à família enlutada.

UM LIVRO QUE TODOS DEVEM LER

FATIMA

«Historia de um Grande Embuste»
De TOMÁS DA FONSECA
LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA.
Rua Quintino Bocaiuva, 71 - 11.º andar
Sala 1.101 — Fone 32-5223

Terras onde se fala Português

O êxito do livro "Terras onde se fala português", recentemente publicado em São Paulo pela nossa colaboradora a ilustre escritora Maria Archer e editado pela "Casa do Estudante do Brasil", prova-se pelo preparo da 2.ª edição, a sair brevemente.

Damos hoje aos nossos leitores o prefácio desse livro, redigido pela autora; num dos próximos números daremos o do notável sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

PREFACIO DA AUTORA AO LEITOR BRASILEIRO

A vida levou-me, desde menina e moça, às terras africanas, por onde peregrinei durante quatorze anos. Com as viagens da ida e da volta realizei, por duas vezes, o périplo da África; pela estrada de ferro e automóvel atravessava-a até às regiões centrais, a mil e trezentos quilómetros do Atlântico. Conheço bem as cinco províncias portuguesas do continente negro; conheço, de várias viagens, a África em que os ingleses, belgas, franceses, possuem colónias. E, como Herodoto, também escrevo sobre racontos.

Não sou um mero turista africano. Vivi, habitei, na África. Cresci no seu chão, criei-me no seu clima. Formei-me, física e psiquicamente, no seu ambiente ecológico. Os nove livros que escrevi sobre a África não são etéreos apontamentos de viagens mas expressões da intensa comunicação entre mim e a África, a que a minha pena deu voz.

TERRAS ONDE SE FALA PORTUGUÊS, aparece ao público brasileiro em edição especialmente feita para o Brasil. A edição deste livro em Portugal tem título diver-

so e outro arranjo, destinado ao seu público. Uma e outra podem ser presentes aos nossos irmãos da África e da Ásia onde se fala português.

Recemchegada ao Brasil, impressionei-me, e intensamente, com a sua paisagem telúrica e humana, e encontrei-a, na minha saudade da África, como imagem de há muito fixada em mim, o que me fez desejar a publicação, no Brasil, deste livro inicialmente escrito para Portugal. Senti aqui, como nunca, a realidade do portentoso bloco cultural asiático-afro-luso-ameríndio, disperso por área geográfica enorme, das mais vastas em que se fala a mesma língua. A par do inglês, do francês, do espanhol, o português é das línguas espalhadas em grande parte da Terra.

Dividi a obra em capítulos consignados a Portugal, Cabo Verde, São Tomé, Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Brasil, Macau, Timor, seguindo itinerário que se aproxima da data da sua entrada na comunidade da língua portuguesa. Não me julgo obrigada a conceder a cada capítulo o mesmo número de páginas, ou de as repartir em harmonia com o prestígio do as-

sunto, ou de repetir, para cada província africana, temas que são comuns a todas e apenas esboço numa. É incomportável para um único livro a matéria que encheria volumosas e múltiplas monografias. Limitei-me a deslumbrar os olhos dos leitores com sugestões do lusotropicalismo, a marcar a sua unidade, e a semear nos corações dos jovens brasileiros o sentido ecumênico da língua e cultura portuguesas.

Os capítulos sobre o Brasil e Portugal abrangem, somente, os dados indispensáveis à coesão e finalidade do livro. Não me é possível exceder essas muralhas sem correr o risco de alongar, em demasia, a obra que se requer leve e breve, principalmente porque a dirijo à gente nova. A concisão, nestes dois capítulos, obedece a um propósito incluso no plano da obra.

Não visei nenhuma finalidade erudita nem pretendo deixar o assunto esgotado com este apanhado de notas um tanto históricas, etnográficas, mas sobretudo impressionistas, isto é, meramente pessoais, libertas do tom massudo dos compendios, diversas das lições impostas.

Leio na "Légende des Siècles", de Victor Hugo:

"Les personnes qui voudront bien jeter un coup d'oeil sur ce livre, ne s'en feraient pas une idée précise si elles y voyaient autre chose qu'un commencement". Pelo que ser-me-á grato saber que, após o meu, outros trabalhos aparecem no mesmo rumo, e espero e desejo que possam ir mais além do que eu fui e digam mais e melhor.

Rica das recordações que entesourei, de imagens exóticas presas aos meus olhos, de casos curiosos que sei, abalancei-me a dar ao livro um jeito de conversa, ao velho uso medieval. Penso assim torná-lo ameno e de leitura fácil. Um livro como TERRAS ONDE SE FALA PORTUGUÊS não se escreve para ornamento de bibliotecas ou ganhar loiros ao autor... é para ser muito lido e suggestionar os seus leitores.

Ofereço-o aos milhões de moças e moços das escolas do Brasil, a fim de que saibam, como eu, que os nossos comuns antepassados portugueses cingiram o mundo com os braços da alma; para que digam consigo que os nossos antepassados comuns puseram em ação os *Lusitadas* que Luis de Camões escreveu; para que se sintam partícipes da grande comunidade mundial da língua portuguesa.

Também sei que o tempo dos

heróis da conquista da Terra passou; hoje vivemos o heroísmo da conquista do céu, procuramos fazer colonialismo nos astros. Ontem, como hoje, os homens dão sangue e vida para servir um ideal e o valor desse feito é inalterável mesmo pela eternidade. Varia, no tempo e no espaço, o critério judicativo da ação social, mas permanece, em substância heróica, o merecimento humano do feito. Os heróis do passado, os do presente, os do futuro, igualam-se na tempera anímica. Esperemos que as moças e moços do futuro deem aos heróis da época atual a compreensão e a admiração que eu requeiro para os heróis do nosso passado.

OS NOSSOS LEITORES E ASSINANTES PODEM RECEBER "TERRAS ONDE SE FALA PORTUGUÊS" ATRAVÉS DOS SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DO NOSSO JORNAL, BASTANDO PEDIR-LO PELO CORREIO E ENVIAR-NOS 150,00 CRUZEIROS, PREÇO NORMAL DO LIVRO. ENVIAMOS SOB REGISTRO, SEM ACRESCIMO DE PREÇO.

A Aldeia dos Homens Felizes

CARLOS CRUZ

No meio de um cenário de montanhas agrestes, austeras e pobres, vive, lá no norte de Traz-os-Montes, um povo feliz. São os rionoreses, os habitantes de Rio de Onor, pequena aldeia a cavalo mesmo da fronteira com a Espanha, dividida que está, por ela, em duas: Rionor de Arriba, espanhola, com 120 habitantes e Rio de Onor de Abajo, portuguesa, com 228 habitantes.

O Vale que habitam é um pequeno oasis de fertilidade no meio da pobreza circundante. A falta de comunicações e a forma autárquica da sua economia tornam os contactos com o resto do País, raros e difíceis. Jorge Dias, notório etnólogo português, que tornou esta aldeia conhecida com a publicação do seu interessante trabalho "Rio de Onor — Comunitarismo agro-pastoril", teve de percorrer 27 km. a pé para poder visitá-la.

Foi ao estudar-lhe a organização social, que Jorge Dias revelou traços verdadeiramente originais desta pequena comunidade. Contrariando o que os defensores do Estado Novo andam sempre trombeteando, de que a indisciplina natural do povo português torna-o incapaz para a vida democrática, Rio de Onor, mercê do seu isolamento que lhe permitiu uma evolução natural, adota, para regime político, o que o próprio Jorge Dias classifica como uma democracia representativa. De fato, assim é. A parte portuguesa da aldeia instituiu um conselho constituído de um representante de cada uma das suas casas, que no dia de Ano-Novo, outrora por votação e agora por rodízio, nomeia dois dos seus membros "mordomos". Todos os problemas apresentados pelos mordomos são discutidos e submetidos a votação. Este conselho intervém, não só nos trabalhos da propriedade coletiva como também em inúmeros trabalhos da propriedade privada.

A propriedade coletiva da aldeia divide-se em terras de pastagem (o monte), terras de sementeira (as roçadas) e os prados de ervas, lameiros conhecidos por coutos. Estes últimos servem para a pastagem do gado bovino. Cada família pode ter duas vacas e um novilho e todos os dias o pastor designado pelo conselho leva o gado para o couto. O touro é de propriedade do conselho. O rebanho das ovelhas e a vara dos porcos também têm uma organização semelhante.

A justiça é exercida pelo conselho, que investiga os casos que lhe são apresentados e, por votação, determina as multas a serem aplicadas aos culpados. É ainda o conselho que nomeia uma espécie de polícia, aos membros da qual entrega uma vara, como símbolo de autoridade e que percorrem as diferentes lavouras a fiscalizar possíveis danos que o gado ou pessoas possam fazer.

Também na organização familiar, o rionorês deu mostras de uma inteligente adaptação ao meio. Se o casal chega a idade avançada ou morre um deles, os pais consentem no casamento de um dos filhos. Estes casamentos são em geral tardios afim de evitar uma prole numerosa, que as terras da comunidade não poderiam sustentar. Deste modo o número de fogos manteve-se quase constante durante muitas gerações, entre 30 a 35, mas a aplicação de métodos mais modernos na agricultura, como o uso de adubos químicos, já permitiu que esse número aumentasse de 14.

É Rio de Onor citada pela primeira vez nas Inquirições de D. Afonso III, mas o fato de a fronteira política dividir a aldeia em duas, é um forte argumento para os que opinam que a sua origem é anterior à da nacionalidade.

Através da leitura do trabalho de Jorge Dias, acompanhamos o rionorês, nos seus trabalhos agrícolas e pastoris, entramos dentro dos seus lares, vêmo-lo nas suas manifestações religiosas e nas suas festas, nos seus contactos com as autoridades e chegamos à mesma conclusão que o Autor, de que estamos em face de um povo feliz, sem complexos, recalamentos nem sentimentos de frustração. O alto senso de comunidade, a consciência perfeita da "res publica" de que o rionorês é possuído, deve-o, segundo Jorge Dias, ao sistema parlamentar adotado como regime político e fazemos votos que o regime salazarista não descubra tão cedo este desmentido vivo às suas doutrinas e possa a "aldeia dos homens felizes" escapar às delícias do "Estado Corporativo".

Mais um Antisalazarista Assassinado nas Prisões do Porto

por EDGART RODRIGUES

Chega-nos de Portugal a notícia de mais um crime praticado pela Polícia Política (PIDE), na Casa da Morte, n.º 329, rua do Heroísmo, Porto.

Coube agora a vez ao anarquista Manuel Fiuza Junior, de 70 anos de idade (antigo diretor do quinzenário anarquista "A Voz do Faminado"), que durante o regime republicano se publicava na cidade de Viana do Castelo, onde residia o extinto lutador.

Por que as feras salazaristas assassinaram o anarquista Manuel Fiuza Junior? Qual o perigo que oferecia um homem de 70 anos de idade a uma infundável rédua de sanguinários da PIDE? Que irregularidade cometeu o anarquista para que a Polícia o pudesse levar à Casa da Morte do Porto, onde foi assassinado?

Eis um resumo da denúncia que originou o assassinio do veterano vianense: Foi morto no dia 14 de fevereiro, na Casa da Morte, 329, no Porto, o anti-fascista Joaquim Lemos Oliveira, natural de Fafe. Como protesto contra tão vil atentado aos direitos do homem, os oposicionistas ao governo da ditadura de Salazar, mimeografiaram um pequeno manifesto, denunciando o hediondo crime dos assassinos policiais Costa Pereira, Pinto Soares e Patacho, subordinados ao novo criminoso, capitão Neves Graça, substituído do famoso capitão Lourenço, agora afastado da Chefia da P.I.D.E., com as mãos a escorrer sangue de suas vítimas. E o mais curioso de tudo isto é que estes dois crimes da PIDE coincidiram com a homenagem à memória do Coronel Ferreira Amaral, chefe de polícia nos últimos anos do regime republicano e precursor das deportações para Guiné e Timor, sem julgamento. Esse criminoso ao serviço da república mereceu uma estátua dos salazaristas, como gratidão pelos crimes que cometeu, mas que o povo de Lisboa saberá derrubar, quando for extinguido o regime fascista português.

Enquanto se rendem homenagens

a um assassino policial, em Lisboa, no Porto, outros policiais assassinos tentam celebrar-se, matando covardemente dois chefes de família em menos de um mês, só por não estudarem na cartilha salazarista.

É oportuno, e por isso aqui transcrevemos uma parte do manifesto de protesto contra a morte de Joaquim Lemos, e que serviu de pretexto para se matar Manuel Fiuza (o manifesto foi distribuído clandestinamente em todo país): "Mais um português morto às mãos da PIDE. Na quinta-feira, dia 14 faleceu de morte violenta na Pide, à rua do Heroísmo, no Porto, o democrata de Fafe, Joaquim Lemos Oliveira (Repas). O cadáver foi autopsiado na sexta-feira, antes de cumprido o prazo legal, pelo que, deve ser responsabilizado o Diretor do Instituto de Medicina Legal, Dr. Francisco Coimbra. A autópsia foi secreta, mas alguém conseguiu ver o corpo golpeado já pelos médicos para dificultar a verificação das contusões, reconhecendo-se, porém, uma na cabeça. Joaquim Lemos Oliveira estava preso desde 29 de janeiro. Bem pouco durou!, perante os espancamentos e torturas da Pide (Inspetor Costa Pereira, Chefes Pinto Soares e Patacho), onde foi mantido sete dias seguidos sem dormir, em "estátua", (sempre de pé). A oito de fevereiro conseguira dizer à esposa que "não se preocupasse se lhe sucedesse alguma coisa". A 14 aparecia morto.

O enterro, marcado para 18, foi adiado à última hora pelo Governador Civil, Dr. Braga da Cruz, que agora acaba de se demitir inesperadamente depois de bem servir a ditadura, durante sete anos de convivência com a Pide. Muitas pessoas, gente simples do povo e democratas dos mais ilustres, compareceram ao necrotério a colocar flores e a olhar pela última vez a sua pobre face martirizada. A 19, uma hora antes da estabelecida para a partida do féretro, os malvados da Pide raptaram o cadáver, deixando a família no necrotério! Mesmo assim, mais de 10 automó-

veis se dirigiram a Fafe, cujo povo vive atualmente em autêntico regime de ocupação e terror. Lá efetuou-se o enterro com o cemitério cercado por polícia da P.S.P. (alguns envergonhados), armados de metralhadoras, e os odiados agentes da PIDE. Ainda depois de morto continuavam a perseguir Joaquim Lemos de Oliveira!

Nada impediu, entretanto, que os quatro filhos orfãos e a viúva lhes chamassem em altos brados, de: Bandidos! Assassinos!"

Pois bem. Foi a distribuição deste manifesto, protestando contra mais um crime dos assassinos da Pide que motivou a prisão do anarquista de Viana do Castelo. Conduzido à Casa da Morte, n.º 329, no Porto, ali foi espancado até cair sem vida. Pesava sobre o velho anarquista de 70 anos de idade a acusação de distribuir o manifesto naquela cidade. Foi submetido ao suplício da "estátua" que consiste em se ficar de pé, sem se poder mexer, durante vários dias.

Levamos por intermédio de "Portugal Democrático" e de outros jornais não vendidos ao S.N.I. — o DIP lusitano, — este brado de socorro em nome dos anti-fascistas portugueses para que os homens livres portugueses e brasileiros protestem contra estes dois crimes que em menos de um mês se processaram na casa da Morte n.º 329, da Rua do Heroísmo, no Porto, e que vieram engrossar a imensa fila de cadáveres do salazarismo.

Apelamos para que seja enviada ao governo de Salazar uma representação dos homens livres, e outra a ser entregue a Craveiro Lopes (presidente em funções), quando da sua próxima visita ao Brasil.

Quanto aos assassinos da Pide: Costa Pereira, Pinto Soares, Patacho e capitão Neves Graça, eu enviarei por minha conta alguns exemplares dos jornais que publicaram o protesto contra mais este hediondo crime que praticaram, para que saibam que também no Brasil se conhecem os seus assassínios.



A Verdade sobre a situação nas prisões Salazaristas

Declaração de JAIME SERRA, destacado anti-fascista, que se evadiu em Março de 1956 da cadeia da PIDE no Forte de Caxias, sobre o ambiente de repressão aos democratas que ali se encontram encarcerados.

— Uma grande parte do nosso povo desconhece os maus tratos e as perseguições de toda a ordem a que estão sujeitos os democratas encarcerados nas prisões da PIDE. É nosso objetivo divulgar a realidade da situação, para que todas as pessoas honradas cumpram o dever de coração de dar a sua participação na luta em defesa da vida dos presos políticos, filhos e filhas do nosso povo, que em sua defesa tem dedicado o melhor da sua vida.

Nas cadeias da PIDE, foi posto em vigor, a partir de 1954, um Regulamento Prisional privativo que ignora e espezinha a própria legislação fascista estabelecida na Reforma Prisional. Tudo o que na Reforma Prisional se contém de favorável aos presos em geral, é pura e simplesmente eliminado ou falseado no regulamento da PIDE para os presos políticos.

Além dos espancamentos e maus tratos aplicados aos presos no período chamado de investigação, com

vista à instauração de processos na base de falsas acusações e insidiosas calúnias; além das longas incomunicabilidades e isolamentos que atingem com frequência seis meses e mais com a proibição absoluta e arbitrária dos presos reverem os seus advogados, a PIDE faz reinar nas suas prisões privativas um ambiente de permanente terror e arbitrariedade.

O relato, embora muito resumido, do que se passa na Cadeia da PIDE de Caxias, onde é diretor subordinado diretamente à PIDE, o tenente António Júlio, poderá melhor dar uma idéia da real situação a que estão sujeitos os patriotas e democratas presos pela PIDE. Mesmo após a entrega dos processos ao tribunal, os anti-fascistas são mantidos isolados uns dos outros, sendo motivo de ameaças e castigos se dão os bons dias quando por acaso se cruzam. Havendo um refeitório na cadeia, a maioria dos presos são obrigados a comer nas casernas em

péssimas condições higiénicas e os que vão ao refeitório, são obrigados a sentar-se de costas uns para os outros e nem sequer podem cumprimentar-se. As visitas são a horas diferentes para os presos não se encontrarem no parlatório e ainda com caráter mais refinado, foram recentemente construídas cabines individuais para parlatório onde os presos, já isolados entre si, além de ficarem afastados das famílias, ficam ainda isolados delas por um vidro. Este sistema foi copiado das penitenciárias americanas onde, mesmo ali, só é aplicado aos criminosos de delito comum muito perigosos. As famílias dos presos, que até há pouco tempo entravam pelo portão principal do Forte, são agora conduzidas por lómbregos e escuros corredores, só para os presos não verem passar através das grades.

O passeio ao ar livre, que a Reforma Prisional estabelece como obrigatório pelo menos de uma hora diária, é concedido apenas pelo espaço de meia hora de três ou de quatro em quatro dias, não obstante as constantes reclamações dos presos.

Segundo a Reforma Prisional, os presos políticos podem corresponder-se livremente com quem quizerem, mas a PIDE, calcando aos pés as próprias leis fascistas, só permite que os presos se correspondam com pessoas de família, sujeitando mesmo esta correspondência à mais draconiana e odiosa censura, sendo frequentemente interceptada por motivos dos mais ridículos. Um simples postal para uma livraria ou redação de um jornal, pedindo o envio duma publicação, requer auto-

rização superior! Livros que estão à venda nas livrarias, são com frequência impedidos de entrar na cadeia.

As buscas policiais e provocatórias, feitas pelos próprios agentes da PIDE, sucedem-se com frequência, mesmo aos presos que já estão entregues ao tribunal e até julgados. Estas buscas, de caráter político, são o pretexto escolhido pela PIDE com mais frequência para cevar o seu ódio, com espancamentos e castigos miseráveis, sobre os anti-fascistas mais destacados.

Citarei para exemplo o que se passou na manhã do dia 18 de Dezembro passado: uma brigada da PIDE, capitaneada pelo facinoroso Gouveia e Chico Fernandes, investiu provocatoriamente na sala onde se encontravam os democratas Joaquim Tomaz, Hernâni Silva e eu. Revolvendo tudo de ponta a ponta, como nada encontrassem para justificar a sua miserável ação, apreenderam-nos fotografias de pessoas amigas, apontamentos de estudos e papel em branco. Como protestássemos, fomos todos agredidos e foram-nos aplicados castigos de um a dois meses de cela disciplinar sem enxerga. Outros presos políticos tais como Francisco Miguel, Georgette Ferreira, Maria Angela, Carlos Costa, Rolando Verdeal, Vasco Cabral, Dr. Alberto Vilaça, etc., têm nos últimos tempos sofrido este tipo de provocações. Nestas buscas, a PIDE costuma arbitrariamente apreender os mais pequenos apontamentos que os presos tenham preparados para a sua defesa no tribunal.

Os castigos mais brutais e arbitrários são aplicados pelo diretor e pela PIDE sob os pretextos mais

infames e ridículos. Cortes de correspondência, privação de visitas, isolamentos nas salas e encerramentos em "celas disciplinares", durante meses seguidos, são hoje quase uma norma a que estão sujeitos os presos de Caxias. Para a aplicação de tais castigos forjam-se as mais vis e baixas provocações da parte dos guardas e funcionários da Cadeia, que são para isso instruídos pela PIDE. Em Caxias tem-se destacado neste miserável officio o funcionário policial Barradas e o guarda Semedo, além de outros.

Para mais depressa arruinar a saúde dos anti-fascistas presos, estes são encerrados frequentemente, durante longos dias em casa-matados, onde falta o ar e a luz. Com o mesmo objetivo, a PIDE estabeleceu recentemente que o castigo em cela disciplinar fosse cumprido no Aljube numa cela sem enxerga. No cumprimento deste ódio e desumano castigo que se prolonga por vezes durante meses já mais de um preso tem adoecido gravemente. O castigo a Pão e Água, uma das últimas vilanias a que a PIDE recorreu, foi aplicado pelo espaço de cinco dias aos democratas Dr. Alberto Vilaça, Rolando Verdeal, José Duarte e outros.

Nem as mulheres democratas que se encontram ali encarceradas, escapam às grosseiras e provocações dos carcereiros fascistas. Só por estarem a cantar, já mais duma vez têm sido castigadas e o funcionário Barradas, foi ao ponto de ameaçá-las de mandar abrir "óculos" nas portas da sala para os guardas (homens) poderem espreitá-las!

Quanto à alimentação ali fornecida aos presos, basta dizer que é pior ainda, tanto em qualidade como em quantidade, do que o rancho fornecido nas cadeias de presos comuns. Os presos são frequentemente obrigados a comer carne e peixe em mau estado, assim como bacalhau podre.

O médico da Cadeia, Dr. Ruas, colabora com a PIDE nos maus tratos e perseguições aos presos, negando-lhes o tratamento que a sua situação. É neste ambiente terrorista que a destacada, democrata, Georgette Ferreira, se encontra há mais de um ano gravemente doente, sofrendo de uma úlcera no estômago e duma grave doença no fígado.

O que fica relatado é apenas um resumo do muito que havia a dizer sobre a situação de terror a que estão sujeitos os patriotas e democratas portugueses encarcerados. Esta situação, que eu vivi muito recentemente em Caxias e no Aljube, é a mesma nas outras cadeias onde estão presos políticos — Cadeia da PIDE do Pôrto, Forte de Peniche e Penitenciária de Lisboa.

Patriotas que terminaram há muito as penas a que foram condenados, continuam encarcerados à ordem da PIDE à sombra das celebradas "Medidas de Segurança". A aplicação das Medidas de Segurança é uma modalidade de condenação a prisão perpétua que a PIDE e o governo de Salazar aplicam aos democratas portugueses. É já longa a lista dos presos nesta iníqua e arbitrária situação. De entre eles citarei os seguintes:

Alvaro Cunhal, Francisco Miguel, Rodrigues da Silva, Joaquim Campino, Manuel Guedes, José Maria do Rosário, José Magro, José Victoriano, Rogério de Carvalho, Alcino de Sousa e Salvador Amália. Todos terminaram já (alguns há mais de 3 anos), as pesadas condenações que o tribunal lhe aplicou e não obstante, continuam presos, às ordens da PIDE e sujeitos às suas brutalidades. É particularmente alarmante a situação de Francisco Miguel encarcerado na Cadeia da PIDE do Pôrto pois encontra-se gravemente doente negando-lhe a PIDE a assistência médica e dieta que a gravidade do seu estado exige.

O Governo de Salazar e a Realidade Nacional

por A. MARQUES DA SILVA

É na procura e efetivação de medidas concretas para fazer face a problemas que ao homem, como ser social, se propõem, que o governo de um país encontra, ou deveria encontrar, a sua verdadeira finalidade. Por isso a questão da legitimidade de uma representação política só surge quando a ação governamental, fugindo ao seu dever precipuo, volta as costas aos supremos interesses do povo que governa e deixa, portanto, de refletir a vontade consciente da nação, que é o fundamento básico em que todo o poder político deve assentar.

Não é outro, aliás, o sentido da clara preferência dos povos pelos sistemas democráticos de governo, por meio dos quais pode (e deve) a vontade popular exercer profícua atividade fiscalizadora sobre os seus governantes, pô-los sob a sua influência direta e exigir deles o cumprimento das tarefas que a realidade nacional impõe e que é de seu dever realizar. É a conhecida fórmula do "governo do povo, pelo povo, para o povo".

Tais verdades, aparentemente simples, nem sempre encontram a devida compreensão — sobretudo por parte de alguns setores da colónia portuguesa do Brasil e em se tratando do caso específico da oposição ao governo do sr. Oliveira Salazar. Com efeito, as restrições e críticas que a esse governo se fazem — como governo antipopular e ditatorial que é — nem sempre repercutem, em alguns dos nossos patricios aqui radicados, de maneira inteiramente favorável. Importa, pois, analisar a questão, que é de suma importância para a evolução dos acontecimentos que hão-de propiciar a Portugal um sópro de renovação democrática em suas instituições.

Há uma pronunciada tendência, no seio da colónia lusa do Brasil, a confundir-se a oposição e a divergência aos métodos do governo de Salazar, com o que quer que seja de falta de patriotismo dos portugueses democratas. E na difusão desse absurdo, acrescentemos, a propaganda oficial salazarista vem exercendo campanha muito activa. Pretende-se fazer crer que os portugueses devem se abster de criticar o governo no estrangeiro; que críticas, se as houver, devem ser feitas lá, ou, para usarmos uma expressão mais em voga, que a "roupa suja se lava em casa". Alguns, os mais ousados e "patrioteiros", em perfeito delírio de acusação e com perda do próprio senso do ridículo, vão ao ponto de afirmar que a formulação de tais críticas é o mesmo que "denegrir Portugal"... (como já alguém assim se expressou através de um jornal brasileiro).

A inconsistência dessa argumentação (quando usada de boa fé) é por demais evidente: Em primeiro lugar, o que importaria averiguar, no caos, é se as críticas e objeções que opomos ao governo do Estado Novo são ou não verdadeiras; se elas procedem ou não; se são justas ou injustas. E em segundo lugar, é o caso de se perguntar como tais críticas podem ser feitas em Portugal, se lá, esse governo — pretendendo-se detentor de um estranho critério da verdade — não as admite, exerce uma rigorosa censura à imprensa, ao rádio e ao livro, e não reconhece as liberdades fundamentais de palavra, de reunião e de associação como direitos inalienáveis dos cidadãos portugueses? Só por ironia, por ignorância, ou por rematada má fé se poderá argumentar que as críticas que aqui se fazem ao Estado Novo são ditadas por estranhos impulsos impatrióticos, ou que elas só seriam aceitáveis se formuladas dentro das fronteiras do nosso país. Isso equivaleria a um duplo equívoco: ignorar a dura realidade interna do nosso país e isentar a ditadura de qualquer crítica externa. Nem mais nem menos: É o que pretendem os corifeus do salazarismo no Brasil.

Mas por que consideramos nós o governo do sr. Oliveira Salazar um governo ilegítimo, não representativo da vontade consciente da Nação Portuguesa? Como dissémos no início destas considerações, a legitimidade de um governo está na razão direta das medidas que empreender no sentido do bem estar social, na elevação do nível económico do povo, no desenvolvimento do seu grau de cultura, no aprimoramento de suas faculdades cívicas. Teria sido este o caminho trilhado pelo Estado Novo na sua já longa trajetória? Temos que concordar que não.

Depois de TRINTA ANOS de ditadura, olhemos, não em superfície (como muitos fazem) mas em profundidade, a triste realidade do nosso país: O que vemos? É um povo que tem na sua renda per capita o mais baixo índice de todos os países da Europa, possuidor, portanto, de um nível de vida dos mais baixos; é a economia do país alienada a interesses estranhos aos do seu desenvolvimento independente, com mais de 35% do orçamento da República destinados a despesas militares; é a teimosia da manutenção de um exdrúxulo sistema corporativista, cópia de modelos fascistas já superados e sobre cuja falência nos vários setores da administração chegaram a falar os próprios delegados do partido único "União Nacional", no congresso dessa agremiação realizado em 1956; é a incultura, representada por um índice altíssimo de analfabetismo — da ordem de 40% no continente e de 80% nas colónias, como reconhecem os próprios dados oficiais a respeito; é a falta das liberdades fundamentais de palavra, de reunião e de associação; é a censura prévia a todos os jornais e publicações; é, enfim, o estancamento das faculdades criadoras de um povo de tantas e tão honrosas tradições culturais e históricas. De resto, poderia ser considerado legítimo um governo que, para se dar aparências de "democrático", e contrariando as suas próprias convicções totalitárias, ("NÓS SOMOS ANTI-DEMOCRATAS, ANTI-LIBERAIS, ANTI-PARLAMENTARISTAS" — Salazar) recorre a farsas eleitorais vergonhosas onde os únicos candidatos permitidos são os seus, e a oposição, sem o direito de se agrupar em partidos políticos, sofre toda a sorte de perseguições? Não, este só pode ser um governo espúrio — e ele já vai longe na trilha de um caminho radicalmente oposto ao dos verdadeiros interesses de Portugal.

Tal é, em suma, o panorama da realidade portuguesa, que só os turistas, que visitam o nosso país para nela apreciarem exclusivamente as suas belezas naturais, não vêem. Raciocinando em abstrato e olhando em superfície, eles apenas notam, como únicas realidades palpáveis, as "ÓTIMAS ESTRADAS ASFALTADAS", "OS CASTELOS RESTAURADOS", "A ORDEM NAS RUAS", que são outros tantos temas de larga divulgação por parte do Secretariado Nacional de Informação e de seus representantes no Brasil. Sem quererem discutir o valor dos dois primeiros, achamos, entretanto, que as "AVENIDAS" e os "CASTELOS" não podem ocultar, nem preferir, ou sequer justificar, essoutra realidade bem mais importante, que é a da miséria, a da opressão e a da incultura do povo português sob o governo dos homens do Estado Novo. As obras de fachada, de espanto, sempre foram o véu com que as ditaduras pretenderam ocultar a sua inoperância administrativa e o seu caráter particularista. Os Césares, também foram pródigos em castelos e cloacas...

E quanto à "ordem", à "calma", que se verifica nas ruas e que tanto impressiona esses pacatos cidadãos que visitam Portugal, devemos lembrar que ela é a "calma", ou a "ordem", própria das águas estagnadas do charco — sem que se possa deduzir daí que o Estado Novo tenha conseguido fazer submergir nêsse pântano a honrosa tradição libertária do povo português.

Convenções Coletivas de Trabalho

Um caso Concreto de Desvio de Doutrina

Dr. MATOS GOMES

Por nos parecer de interesse geral, para conhecimento da forma como se processam, no nosso país, as relações entre o capital e o trabalho, transcrevemos, do livro editado após o seu último Congresso pela União Nacional (partido de Salazar, único autorizado em Portugal) uma comunicação sobre as convenções coletivas de trabalho. Para além das expressões prudentes do autor da comunicação, os nossos leitores saberão descoronar o panorama trágico, de falta de defesa por parte do trabalhador, em que desenrola a vida proletária no regime corporativo.

Em 29 de Julho de 1955 foi assinado entre a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — C.P. — e a União dos Sindicatos dos Ferrovários, os Sindicatos Nacionais dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, dos Electricistas e dos Profissionais de Enfermagem um instrumento jurídico chamado Acôrdo Coletivo de Trabalho.

Chamado Acôrdo Coletivo — apenas chamado — porque, como se disse autorizadamente no momento da outorga e corre impresso, esse instrumento resultou “de trabalho muito laborioso tanto por parte da C.P. como por parte do Governo e do seu “conhecimento” por parte dos representantes qualificados dos trabalhadores”, isto é, dos dirigentes sindicais. Ora, a Lei estabelece que “compete às direcções dos organismos a “negociação” e outorga das convenções coletivas em que os mesmos intervenham” (Art. 25.º do Decreto-Lei n.º 26.173, de 6-III-1947). Logo, se foram a C. P. e o Governo a negociar num “trabalho muito laborioso” e dele apenas houve “conhecimento por parte dos representantes qualificados dos trabalhadores” — do que não resta dúvida — este instrumento jurídico chama-se, mas não é, Acôrdo Coletivo de Trabalho e está ferido do vício de ilegalidade. Os representantes dos trabalhadores vieram-se, ao menos moralmente, coagidos a outorgar, mas não negociaram.

Aliás, na mesma ocasião, outra entidade lembrou que um Acôrdo Coletivo de Trabalho deve “traduzir sempre o pleno entendimento entre o capital e o trabalho e o mútuo respeito de um e de outros”. Sendo assim, e devendo tal pressuposto informar a técnica seguida e conduzir à realização do objetivo em vista, veio no entanto a cair-se — talvez por defeito de processo ou qualquer outro motivo — numa solução que traduz menos o preconizado entendi-

mento e acôrdo das partes do que a mera obtenção da outorga por parte do trabalho.

Em teoria, deu-se aos Sindicatos “parte mais ativa na fixação das condições de trabalho e na definição das categorias profissionais e até na apreciação dos regulamentos internos da Companhia”, através duma Comissão Corporativa. Na prática, é a Companhia que decide, usando e abusando da interpretação de textos e da integração de lacunas mediante ordens de serviço.

Diz-se que se estabelece “o princípio da proibição do despedimento sem justa causa, devendo esta ser aprovada através de processo disciplinar”. É uma ilusão da Lei geral. Esta estabelecia já o princípio da “justa causa”. Mas, como a Lei também prevê o “aviso prévio”, e como grande número de ferroviários eram antigos funcionários com Diploma de Funções Públicas, para quem o aviso prévio irrelevante, contorna-se a dificuldade “em termos hábeis”, como costuma dizer-se nestas circunstâncias...

Alega-se também que se melhora “o regime do horário de trabalho nas estações” (Clausula 19.ª) mas continua apenas a ouvir-se palavras. Como exemplo, cite-se o caso de uma estação pequena com horário de 12 horas. O Chefe, agora, atende a circulação dos combóios, vende bilhetes, despacha bagagens, atende o telefone, fiscaliza os agulheiros, verifica as agulhas e está atento à sinalização, fornece e preenche modelos para condutores e maquinistas, presta esclarecimentos ao público. É fiscalizado por maquinistas, condutores, fiscais de revisores, de trens, de máquinas, inspetores e... pelo público.

Diz-se ainda que se proíbe “a acumulação de mais de duas horas de folga”. É certo, no texto, em palavras. Ilude-se, no entanto, o problema do horário com a distinção espiciosa entre serviço efetivo e

serviço de simples presença, com mais de duas horas de intervalo, serviços que na realidade não se distinguem. Nas estações, o agente é obrigado a fazer outros serviços além daqueles que lhe são específicos. Um horário de 8 horas transforma-se assim com facilidade em horário efetivo de 12 horas ou mais...

É essa a melhoria de horário de trabalho nas estações?

Nas folgas semanais não se cumpre também a Lei geral. O agente da C.P. não goza a folga quando lhe compete, por conveniência da Companhia. Esta dá-lha quando quer ou, se não dá, apenas lhe abona 50% do ordenado, transgredindo o disposto nos §§ 1.º e 2.º do Art. 17.º do Dec.-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934.

Diz-se apenas, como interpretação oficial do chamado Acôrdo, que 740 ferroviários beneficiam dum aumento de 30% a 50%; 4.700, de 20% a 30%; 4.550, de 15% a 20%; 3.110 de 10% a 15%; 700 ficaram nas antigas remunerações. Esqueceram-se os que ficam fora do Acôrdo e os que baixaram de ordenado e de categoria. Assim, e apenas num caso, foram reduzidos à mesma categoria ferroviários de 30 categorias diferentes. Com poucos ou muitos anos de serviços, com um passado ou sem passado, com funções de chefia e diuturnidades diversas. Passaram todos a ser “serventes”. Muitos recebiam menos de 900\$00 por mês; outros, porém recebiam mais de mil escedos... Estes, é preciso dizê-lo claramente a quem apenas falou de aumentos, não só desceram de categoria, mas desceram também de ordenado! Concretamente, pelo chamado Acôrdo e não só na realidade, porque na realidade e na generalidade os “aumentos” mal cobrem, quando cobrem, o aumento de descontos.

Este aspecto é muito lamentável e

eu não quero deixar de o manifestar ao Congresso. Havia capatazes de manutenção de 2.ª, que eram e são obrigados a ter as máquinas abastecidas de água, combustível, óleo, etc., prontas a entregar ao maquinista. Havia-os de 1.ª. Havia-os ainda promovidos a capataz principal. Tinha categorias, responsabilidades, autoridade e ordenados de escalão diverso, como se compreende. Agora... são todos serventes, como um porteiro, mas desempenham as funções de capatazes como até aqui, acontecendo que subordinados seus, entre eles os abastecedores, recebem por dia mais 2\$00 que eles, seus superiores!

Muito grave é o que se passa com as faltas. A Clausula 31.ª do chamado Acôrdo estabelece que nas férias será descontado um dia ao ferroviário por cada duas faltas. E a C.P. toma como “faltas” os dias de doença devidamente comprovada. É um abuso. A Clausula contraria o que dispõe os Arts. 7.º e 8.º da Lei 1952 que não estabelecem nem prevêm reduções nas férias e está ferida dos vícios definidos nos Arts. 6.º 7.º e seus números do Dec.-Lei n.º 36.173, de 6-III-1947, por estabelecer regalias inferiores às consignadas na Lei. Também a Jurisprudência estabeleceu já doutrina em sentido contrário à interpretação e ao cumprimento da Clausula.

Aerece que a Clausula 33.ª, agravando esta situação, determina que os Agentes dos quadros efetivos, com baixa por doença, verificada pelos Serviços Médicos — da Companhia — mas só os dos quadros efetivos porque os outros estão fora de qualquer consideração humana e não podem adoeecer — sofram, além da perda de 1 dia de férias por cada 2 de doença, o desconto de 1/6 no seu vencimento durante o período de ausência e ainda mais os seguintes descontos sobre os restantes 5/6: 30%

do 1.º ao 4.º dia; 20% do 5.º ao 10.º; 10% do 11.º ao 20.º.

O ordenado fica reduzido a uma ridícula — logo nos primeiros 4 dias a cêrca de metade — e a situação de doente, além do que significa, é sofrida como um castigo aplicado pela entidade patronal aos que faltam sem dar satisfações. Isto é contrário à Lei, que não o prevê. É anómalo e anti-humano. Para antigos funcionários públicos, como é o caso das linhas do Sul, Minho e Douro, com as suas regalias cereceadas a este ponto pela C.P. embora com conhecimento dos dirigentes sindicais, isto não se compreende nem aceita como norma de vida.

Posso mesmo dizer que alguns destes antigos servidores do Estado receberam castigo maior com o chamado Acôrdo. Fatores de 1.ª que por concurso sancionados pelo Estado ascenderam ao cargo de Fiel de estação há quase 30 anos, passam agora outra vez a... Fatores de 1.ª, como se a C.P. os houvesse de punir pela categoria que o Estado lhes concedera!

EM CONCLUSÃO:

a) Porque a C.P. constitui um serviço público de interesse nacional, há que rever o seu funcionamento, de sorte a que ela seja útil e renda economicamente para o País e para os trabalhadores que a servem e obstar a que, talvez por vício de sistema e de orgânica, ela se constitua o descrédito dos princípios doutrinários e jurídicos em que, o Estado constituintemente se estrutura.

b) O departamento que sancionou o chamado Acôrdo Coletivo deve procurar solução para os óbices apontados e, de futuro, cumpre-lhe estar vigilante para que se não verifiquem situações idênticas.

(Extraído do livro IV Congresso da União Nacional).

Confraternização Democrática

Realizou-se no Ginjal, um almoço de confraternização democrática a que estiveram presentes 119 pessoas e que, pelo ambiente de unidade em que decorreu, pelo entusiasmo e decisão demonstrados por todos os presentes, foi das melhores manifestações democráticas da quele género feita de há dez anos para cá, no nosso país.

Presidiu ao almoço o dr. António Sérgio e fizeram parte da mesa os srs. eng. Sá Cardoso, Dr. Sá Vieira, Prof. Pereira de Carvalho, Cástanhira, eng. Abreu, António Louro, António Gonçalves e vários representantes da província, entre os quais: Dr. Lino Lima (Braga), Drs. Armando de Castro e Armando Bacelar e Arq. Artur Andrade (Porto), Drs. Costa e Melo, Mário Sacramento e Manuel Andrade (Aveiro), Dr. Humberto Lopes (Santarém), Dr. Melo Borges, Narciso Lança e Belchior (Beja), Dr. Campos Lima (Faro), Dr. Herculano Pires, Dr. Barbeito, Hélio Quartim (Almada), dois democratas de Benavila, etc.

De Lisboa, estiveram presentes o cap. Augusto Casimiro, os Drs. Acácio Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Sertório Marques da Silva, algumas senhoras, etc.

O almoço começou pelas 14 horas e durou cerca de 6 horas. Falou primeiramente o Dr. Nuno Rodrigues dos Santos, que afirmou que todos estávamos de acôrdo em lutar, que a situação é diferente da de há 3 anos em que uns queriam ir a eleições e outros não. Em toda a sua intervenção mostrou-se entusiasmado e entusiasmou. Em segundo lugar falou o Dr. Sertório Marques da Silva que leu uma proposta sobre organização em que, depois dum preâmbulo sobre a importância da atuação eleitoral se apresentavam os seguintes pontos: 1) Sobre a organização, fala-se na necessidade de formação de comissões eleitorais por todos os lados, nas cidades, vilas e aldeias, nas

profissões, entre as mulheres, intelectuais, comerciantes, industriais, etc., mandando cada comissão representantes à comissão superior, inclusive às comissões distritais que, por seu turno serão apresentadas junto de uma Comissão Nacional que além desses representantes devia incluir os nomes de democratas ilustres, entre os quais... e segue-se uma lista de 100 nomes de democratas de todo o país (publicada por Portugal Democrático no seu n.º 9). 2) Sobre atuação, refere-se à necessidade de fazer sair documentos pelas comissões formadas, à constituição de sedes, entrevistas para os jornais, etc., e ainda à discussão das listas dos candidatos. 3) Sobre a Comissão Promotora do Voto, indica-se o papel específico desta comissão, cujo objetivo é simplesmente fazer interessar todos os cidadãos pelo seu direito de voto e saudar-se o sr. dr. António Sérgio, apelando-se para que todas as comissões eleitorais que se formem forneçam os dados e reclamações que tenham, para essa Comissão atuar. 4) Sobre as conclusões da Assembléia, refere-se à feita dum comunicado com as conclusões da Assembléia a ser enviado ao Presidente da República, num Apelo ao País chamando a atenção para o período eleitoral, sua importância e para o próximo recenseamento, documento este a ser assinado por todos os presentes.

O Arq. Artur de Andrade fez entretanto a sugestão de, dado que nos nomes indicados para a Comissão Nacional se encontravam alguns ilustres de democratas presos, como o Prof. Dr. Rui Luis Gomes, etc., pensava que nesse número se devia incluir o nome de outra pessoa que se encontrava presa e que é o capitão Henrique Galvão. A Assembléia aprovou a sugestão por aclamação.

Depois de ter sido aprovada a proposta sobre organização e muito aplaudida, a sra. D. Lilia da

Fonseca leu uma moção dirigida ao Presidente da República, pedindo uma ampla anistia, que foi igualmente aplaudida e aprovada (esta moção foi enviada por telegrama ao Presidente da República e assinada pelo presidente da assembléia, Dr. António Sérgio).

Depois falou o Capitão Augusto Casimiro que leu o Apelo indicado atrás que foi muito aplaudido. De vez em quando, durante todo o almoço, a Assembléia cantava o hino nacional e soltava, entusiasmada, muitos vivas.

Falaram a seguir: Dr. Lino Lima (improvisou sobre o que importa fazer); Dr. Costa e Melo (muito preciso e concreto, falou na Paz e na Liberdade e na sua interligação e evocou os nomes de Abel Salazar e Bento Caraça); Arq. Artur de Andrade (muito vibrante, leu proposta que foi aprovada sobre problemas eleitorais, reclamando certas modificações ou facilidades e disse que a situação desta vez era muito diferente. Desta vez estamos todos unidos. Por outro lado, o governo prepara-se para não fazer mais eleições. Há portanto que aproveitar bem esta próxima eleição. Não devemos ter receio de ser presos); Dr. Melo Borges (falou sobre a unidade e a luta eleitoral); Eng. Sá Cardoso (aradeceu a homenagem à Comissão do 5 de Outubro, a certa altura fez referência à nota do Conselho de Ministros dizendo que recebera carta de um republicano da província perguntando se não respondia a isso e leu passagens da carta que enviara em resposta a esse republicano em que dizia em primeiro lugar que não sabia se havia ou não comunistas nas Comissões do 5 de Outubro e depois que se porventura se não tratasse de comemorações do 5 de Outubro mas de uma procissão ou qualquer manifestação da Legião já o governo não se importaria que

(Continua na pg. 8)

Julgamento Político em Lisboa

Realizou-se em Lisboa o julgamento político do Engenheiro Brotas, que era acusado de “voluntária ou involuntariamente atuar sob orientação do Movimento de Unidade Democrática Juvenil” organização política da mocidade democrática portuguesa. Ao julgamento, que despertou o maior interesse dado o alto nível intelectual do jovem réu, compareceram 40 testemunhas de defesa, entre as quais o General Mesquitela (que fora seu diretor no Colégio Militar), o coronel B. Martins (seu comandante quando o réu prestou serviço no Exército), 7 engenheiros seus colegas na fábrica onde trabalhava, mais 5 engenheiros antigos colegas de curso do Instituto Superior Técnico, 2 assistentes deste estabelecimento de ensino superior (um dos quais bolseiro do Instituto para a Alta Cultura), o ensaísta Dr. António Sérgio etc.

O advogado de defesa Dr. Manuel João da Palma Carlos pediu a inserção no processo de um texto, considerando o acusado “não socialmente perigoso” (visto que esta era uma das acusações que a Polícia

Política lhe fazia), texto esse assinado por pessoal da fábrica onde trabalhava, desde os engenheiros aos operários.

Dando mais uma demonstração da subserviência em que se encontra grande parte da justiça portuguesa perante a PIDE, o julgamento, que tão grande interesse provocava, decorreu entretanto à porta fechada. Tudo dependia de um único juiz, que ouviu, dentre as testemunhas que citámos, apenas aquelas que entendeu melhor. Assim mesmo, a fragilidade da acusação era tão flagrante, que não houve outro recurso senão absolver o Engenheiro Brotas. Este, uma vez libertado, pediu audiência ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, ao qual exigiu a sua readmissão no lugar de assistente do Instituto Superior Técnico. Por outro lado, processou o Instituto para a Alta Cultura, que, em virtude da sua prisão, retirou uma bolsa de estudo a sua irmã, aluna do Técnico. Além disso, dirigiu uma carta aos deputados de Salazar à Assembléia Nacional, acusando-os de responsabilidade pelo decreto à sombra do qual foi levado a Tribunal.

EU E "A VOZ"

(Continuação da pág 1)

para me ferirem no nome que dei em Portugal, única porção de mim em seu poder; e para que compreendam que as invenções ardidas da calúnia são usadas contra mim como uma arma, com ofensiva, e não porque representem qualquer realidade.

Em resumo, eis os fatos denunciados em meu desabono pelo jornalista de "A Voz":

1.º — Que eu escrevi em "Portugal Democrático" uma Carta Aberta.

2.º — Que tudo o que nela digo é falso, feio, miserável, uma imundície para deitar fóra.

3.º — Que, como deita fóra o escrito, se detem na autora.

4.º — Que, nos meus começos literários, em Lisboa, Tomaz Ribeiro Colaço me catava a prosa de "quês" e "gerundios".

5.º — Que possui uma carta da falecida escritora Carlota Serpa Pinto, maliciosa e cruel para mim, a qual talvez um dia publique.

6.º — Que eu fui colaboradora num jornal monárquico e doutro fascista, em que ele também colaborou, e que, depois disso, eu publiquei romances obscenos, o que me barrou a entrada em publicações decentes, levando-me, por despeito, a procurar os meios da oposição.

7.º — Que fui fascista e agora sou esquadrista.

8.º — Que, apesar dos romances pornográficos, tenho talento literário e que isso desagradou a Tomaz Ribeiro Colaço.

9.º — Que, no Brasil, descí mais baixo do que ele imaginara.

10.º — Que, no Rio de Janeiro, e pouco depois no meu desembarque nessa cidade, eu disse a alguém, (cujo nome cala), que tinha acabado um livro contra o regime salazarista e que o publicaria no Brasil se mo não pagassem em Lisboa por bom preço.

11.º — Que o Governo não me comprou o livro e nenhum editor brasileiro mo aceitou.

12.º — Que, apesar desta dose de infâmias, devia ter perdido o último resquício de moralidade quando me resolvi a colaborar em "Portugal Democrático".

12 itens querelantes, num artigo não assinado. Todavia, pelo possidionismo da prosa, percebe-se que é da pena de Dutra Faria. Além de que, há uns 15 anos, eu apresentei Dutra Faria em casa da viscondessa de Serpa Pinto, numa ocasião em que ele a quiz entrevistar. Não teria Dutra Faria entrado em casa da escritora que era viscondessa se não fosse introduzido pela minha benevolência ou de qualquer outra pessoa categorizada.

Eu guardava uma vaga idéia da presença de Dutra Faria no jornal "Fradique", em 1935 ou 36, mas sem me recordar com exatidão da sua cor política nessa época. Não me foi possível publicar estas colunas no número anterior porque escrevi para o Rio de Janeiro a informar-me junto de Tomaz Ribeiro Colaço. E é interessante fazer notar que Dutra Faria se lembra do corte dos meus "quês" e "gerundios", vinte anos depois da insignificância se ter passado com uma principiante nas letras, e eu nem sequer me lembrar se ele seria, na ocasião, monárquico ou republicano!

O "Fradique", jornal em que me estreei em Lisboa, era dirigido por Tomaz Ribeiro Colaço e defendia uma política democrática, monárquica mas ardorosamente anti-salazarista. Dutra Faria pertencia à sua redação. Tomaz Ribeiro Colaço foi forçado a exilar-se no Brasil e conserva os seus ideais de monárquico e resistente, mas Dutra Faria que, nessa época do "Fradique", era nacional-sindicalista, (a facção chefiada por Rolão Preto,

isto é, opositorista ao salazarismo) mudou de ideais. Tomaz Ribeiro Colaço conserva-se monárquico e opositorista, Rolão Preto conserva-se monárquico e opositorista, com uma vida de combate que as prisões e os exílios decoram... mas Dutra Faria abandonou esses ideais incomodos e aderiu a um chefe dádivo. É hoje um dos jornalistas do salazarismo, um dos talentos do salazarismo. Digo-o para vexar o salazarismo.

Ainda me lembro de que, tanto ele como os mais redatores do "Fradique" falavam de Salazar chamando-lhe "o lazaro" no sentido de leproso e não de ressuscitado, de miraculado.

Passo agora aos 12 itens da querela:

1.º e 2.º — Os leitores de "Portugal Democrático" leram essa Carta Aberta no nosso número de fevereiro e sabem que os adjetivos assacados pela Voz são de retorno à procedência.

3.º — Dutra Faria repete o genero Palma Cavalão.

4.º — É verdade. Tomaz Colaço escreve com mestria que sempre admirei e há 22 anos, quando comecei a publicar, aceitei e agradei as lições da sua experiência. Ainda hoje lhe requeiro lições e lhas agradeço.

5.º — Pode ser verdade. Eu também possuo umas páginas que Carlota Serpa Pinto escreveu sobre Dutra Faria no mesmo dia em que o conheceu. Também são maliciosas e cruéis. Carlota Serpa Pinto foi feita dessa massa humana, e sabem-no bem todos os que a conheceram de perto e que raramente escaparam à sua perversidade. Foi uma creatura encantadora que fez todo o mal ao seu alcance, por gosto ou por distração. Mas Dutra Faria pode dormir em paz... eu não tenciono publicar essas páginas, não assusto com fantasmas, não escavo túmulos para pedir ajuda aos mortos.

6.º — Essa acusação já me tem sido feita várias vezes e é do conhecimento dos meus amigos de Lisboa. No jornal "SOL", de Lisboa, de 11 de setembro de 1948, expliquei pormenorizadamente a minha atuação na política e na literatura, em que durante muitos anos fui apolítica. Todavia tive sempre mais tendência para a esquerda que para a direita e nunca tomei posição ao lado do fascismo. É positivamente falso que, em qualquer época ou ocasião, eu tivesse alinhado com o fascismo ou o salazarismo, ou mesmo qualquer ideologia política que não seja a que professo hoje e é única em toda a minha vida — oposição a um governo ditatorial e a um governo imposto pela força e a um governo cuja manutenção exija a quebra das liberdades fundamentais do homem e do cidadão. Nunca escrevi uma palavra ou tomei parte num ato que me colorisse de fascismo ou salazarismo. Também nunca me filiei em qualquer partido, mesmo da esquerda.

7.º e 8.º — É falso que tivesse escrito livros obscenos. Os meus livros foram apreendidos pela Censura sem a menor justificação mas é óbvio que o fizeram como advertência dos prejuízos que eu teria se não encarreirasse nas fileiras do salazarismo. É um sistema "paternalista" que dá resultado com os Dutra Faria, mas não com gente que se sente "gente".

Em 9-12-38 (há quase 20 anos) a "Voz" publicava uma notícia sob o título "LIVRO PORNOGRÁFICO", que visava o meu livro de contos "IDA E VOLTA DUMA CAIXA DE CIGARROS" com frases de esbirro: "Apontamos este à policia. É preciso apreendê-lo". Dias depois, em 21-1-39 o jornal "NOVIDADES", também de Lisboa, cor-religionário de "A VOZ", e sob o título "LITERATURA DE BOR-

DEL", reforçava o familiar da Inquisição: "que a policia mande abater já aos mostruários a brochura ignóbil". Dois dias passados, a 23, A VOZ, e repetindo o título "LIVRO PORNOGRÁFICO", voltava a requerer a ação da policia contra mim e o livro. E a 25 do mesmo mês, na página 6, as NOVIDADES, sob o título "IDA E VOLTA DUMA CAIXA DE VENEZO" insistem: "um livro duma autora portuguesa que denunciámos à policia de costumes, estranha dualidade de uma escritora com incontestável talento e perigo terrível da possível sugestão do seu nome literário".

Ora, na mesma página, e na coluna ao lado, sob o título "PREMIOS LITERARIOS 1938", é anunciada a entrega dos prémios nacionais de literatura, desse ano, a qual se realizou 15 dias depois, a 4 de fevereiro. Nessa festa recebi eu, escritora acusada pela "VOZ" de pornografia, o PREMIO NACIONAL DE LITERATURA INFANTIL PARA 1938, entregue pelo Presidente da República Portuguesa, em cerimónia solene com a presença de Salazar, do Ministro da Educação Nacional, Secretário da Propaganda Nacional, generais, etc., no Teatro Nacional, e pelo meu romance infantil "Viagem á roda da Africa". Conservo, aqui em São Paulo, uma grande e bela fotografia em que apareço entre todos estes personagens da tragi-comédia que é a ditadura salazarista.

Perante estes documentos, que tenho em meu poder em São Paulo e mostro a quem desejar consultá-los, há que admitir um dilema de três prismas... Ou fui injustamente caluniada e punida e portanto Dutra Faria não passa dum vulgar mentiroso, arrolado com "A Voz", e as "Novidades", e seus capangas ou o Presidente da República Portuguesa entregou o Prémio Nacional de Literatura Infantil a uma escritora ignóbil, cujo livro "IDA E VOLTA DUMA CAIXA DE CIGARROS" foi realmente apreendido pela policia em fevereiro de 1939, antes da entrega do prémio. Um dos contos desse livro apreendido e chamado de pornográfico foi agora selecionado, aqui em São Paulo, por Edgar Cavalheiro, reputado crítico paulista, para uma antologia de contos.

A apreensão do livro, evidentemente, não secou a minha veia de escritora. Continuei a escrever em jornais e revistas, até mesmo revistas infantis e femininas, e publiquei depois disso mais de 20 livros. Não se me fecharam as portas de nenhuma publicação decente, publiquei mais de 20 livros depois de 1938! Consegui nesses anos, no campo literário, tudo o que é possível conseguir-se no pequeno e pobre Portugal, sem ter mirado a alvo que não tivesse atingido, sem me barrar o caminho outra força que não fosse a estrutura policial do Estado fascista. Que recalques, que despeitos posso eu ter na arena literária, Dutra Faria? Ora a tolice! Vir-me falar de despeito num campo em que até me é licito exibir vaidades! Não me atribua os seus sentimentos, as suas insuficiências, as suas derrotas, ou os mobeis que regem os seus "ideais".

8.º — Se Tomaz Ribeiro Colaço me nega talento, tem toda a razão. Eu própria não me reconheço nenhum talento e admiro-me de haver quem me preste essa homenagem. Contudo tenho provas, e permanentes, e dadas durante 20 anos, de que Tomaz Ribeiro Colaço me conserva em alto apreço. É mais uma vez em que a História não reza do que Dutra Faria afirma...

9.º — Deixo este item entregue ao critério dos brasileiros que me conhecem, me leem na imprensa paulista e carioca, em livros editados em Portugal e no Brasil, ou me veem em festas literárias e de so-

cidade, entrevistada pela rádio e a televisão paulista, homenageada publicamente, etc.

10.º — Desembarquei no Brasil em 15-7-1955, em Santos. Só fui ao Rio de Janeiro, cerca de um ano depois, como o podem testemunhar Tomaz Ribeiro Colaço, o antigo ministro da Justiça dr. Moura Pinto, etc. É falso que tivesse tido qualquer conversa no Rio de Janeiro sobre a venda desse livro político, fosse com quem fosse. É também falso que o livro esteja acabado. Ainda aguardo documentos de Portugal para o completar e poder publicar. O livro chegou ao Rio de Janeiro muito antes de mim e a minha ida á capital federal nada teve que ver com a existência do livro ou a sua venda ou publicação. Tudo isto é falso e mal arquetado. É uma charada imbecil.

Em Lisboa, e em tertulias político-literárias, algumas vezes se discutiu a impossibilidade de se publicar esse livro de memórias que eu escrevi sobre assuntos políticos contemporâneos e é um libelo contra o salazarismo. A policia politica tinha-me assaltado a casa e roubado o livro ainda em original, ainda incompleto, ainda em cima da minha secretaria. Todavia as cópias do livro estavam no Brasil, em casa de Tomaz Ribeiro Colaço, a salvo da policia portuguesa, e o meu prejuízo limitou-se ás últimas 40 páginas, de que a policia roubou original e cópias. Um amigo meu, combatente acerrimo do salazarismo, o comandante Moreira de Campos, de cuja ação muito me ocupei nessas "Memórias", ás vezes, por blague, dizia-me: Se quizer vender o livro ao Governo, eu mesmo vou tratar da transação... E nada mais sei desse assunto, que me aparece agora nas páginas de A VOZ como negócio falhado para mim, intentado por mim no Rio de Janeiro!

É claro, o poder da policia politica portuguesa é igual ao do diabo. Recordo aqui um episódio das nossas últimas eleições para deputados. O dr. Rodrigues Direito tinha feito discursos violentos e fora processado por eles. Era um combatente anti-salazarista, um resistente temido. A policia politica chamou-o várias vezes a perguntas, interrogatórios de horas infundas. Duma dessas vezes saiu da policia um comunicado aos jornais em que se dizia que o dr. Rodrigues Direito se retratara e pedira desculpas. Ora isto não era verdade. O dr. Rodrigues Direito replicou imediatamente e enviou aos jornais um desmentido seu ao comunicado da policia. Mas a censura proibiu que o desmentido fosse publicado, e perante todo o País, os correligionários, a opinião nacional, o dr. Rodrigues Direito ficou colocado na posição de pessoa que se retrata e pede desculpas...

Não seria de espantar que aparessem discos gravados com a minha voz ou escrituras de tabelião com contratos de venda assinados por mim, sobre o meu livro de memórias contemporâneas! As armadilhas não se fazem somente para os coelhos... Todavia nem a mi-

nha voz nem a minha mão seriam solidárias com o feito e disso estou eu segura. Deixo o assunto relegado para um mero caso de justiça, que só poderei apurar quando regressar a Portugal, um Portugal em que haja justiça livre de coações, e em que se prendam ladrões de originais e caluniadores de livros e autores.

11.º — A publicação desse livro político numa editorial brasileira não depende doutra vontade além da minha e esta frase, que nenhum escritor em Portugal, presentemente, pode dizer, é uma ação de graças que dou á liberdade dos Estados Unidos do Brasil. Publiquei agora "Terras onde se fala português", pela Editora da "Casa do Estudante do Brasil", e já que "A Voz" tanto se interessa pelas expressões "comprar, pagar, bom preço, etc.", informo-a de que mo pagaram por bom preço e de que o êxito da edição nos incita, a editar e a mim, a preparar a 2.ª, refundida e ampliada, para sair brevemente. Publicarei no Brasil quantos livros me aprouver e não será "A Voz", e a policia salazarista para quem apelou em 1938, que interferirão de novo na minha vida, aqui neste refúgio do Brasil. "A Voz" e os seus capangas ainda não entenderam que me sinto a salvo, que habito num País livre?

E não estive nem estou á venda. Pois se eu me tivesse querido vender, porque me não teriam comprado, Dutra Faria? O salazarismo tem comprado, geralmente a preços de saldo, todas as nulidades, todas as inutilidades, tanto peso morto, tanto lastro que lhe dificulta a viagem! Compraram um Dutra Faria, que em vinte e tal anos de vida literária, não saiu do anonimato... porque me não teriam comprado a mim, que, forçoso é dizê-lo aqui, tenho nas letras um nome conhecido de ponta a ponta do País e onde quer que se fale português?

12.º — A Moral é um setor da filosofia. Dutra Faria não é um poço de ciência mas deve subê-lo. Dentro da minha filosofia assenta-se que é perder os últimos resquícios da moralidade seguir a ética de "A Voz", e a de Dutra Faria, e a desses todos que vão na esteira de Salazar enquanto ele dispuzer dos cofres públicos, a desses todos que o abandonarão, como abandonaram e renegaram outros líderes e outros credos, no dia em que nas suas mãos não houver dinheiro para esbanjar.

Repito, é com o maior desgosto que escrevo estas laudas. E com nojo das gentes. Sobretudo dos homens cobardes. E repito que não voltarei a ocupar-me deste assunto enquanto não regressar a Portugal. Então levarei á policia o artigo publicado na "A Voz", a 26-2-57, não á policia politica, mas á que prende os ladrões, os caluniadores, os assassinos, os bandidos da honra, dos haveres, da vida.

Empresa Grafica CARIOCA S/A.

Confecção de livros — Impressos comerciais —
Douração — Encadernação — Arte grafica em
geral

ORGANIZAÇÃO MODERNA A SERVIÇO DO
COMERCIO DA INDUSTRIA E DA CULTURA

RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 225-235
FONE: 52-3319 — S. PAULO

Carta ao Senhor Ministro do Interior

por ANTÓNIO JOSE SARAIVA

SENHOR MINISTRO DO INTERIOR

O facto que me leva a escrever-lhe, Excelência, resume-se em poucas palavras: o Circulo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra, no prosseguimento de uma interessante obra de cultura teatral, convidou-me a realizar naquela cidade, uma palestra sobre Teatro e Sociedade. Depois de devidamente autorizada e de anunciada nos lugares públicos, na imprensa e na rádio, essa conferência foi proibida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

E' mais um facto de uma longa cadeia. Os protestos e reclamações contra factos antecedentes e equiparáveis depararam com o silêncio organizado na Imprensa por intermédio da Censura Prévia que, tendo como justificação oficial defender a opinião, *serve na prática para defender os governantes.*

Eu sei, Senhor Ministro, que é possível expulsar do ensino oficial, pelo simples facto de manifestar opiniões que não coincidem com as do partido governante, um professor considerado idóneo e cumpridor; e pelo mesmo motivo recusar-lhe o acesso ao ensino particular e ao concurso para uma cadeira universitária; sei que é possível recusar a um investigador científico inclusivamente o passaporte com que pretendia ir ao estrangeiro procurar a sua própria custa elementos de estudo; e sei que é possível a esse mesmo partido governante querer condecorar-se com a parcella de glória de um escritor, ao qual por outro lado persegue na sua pessoa e prejudica por várias formas na sua actividade, apresentando livros dele numa exposição denominada "Trinta Anos de Cultura".

Sei tudo isso, Excelência, e mais: que aos protestos, reclamações, representações e requerimentos as pessoas que ocupam funções de governo respondem com silêncio perfeito.

No entanto o caso que dá origem a esta carta levou-me a certas reflexões que julgo dever comunicar a Vossa Excelência.

Vossa Excelência sabe que há certa espécie de regimes políticos que são habitualmente designados pela expressão "regimes policiaes". Estes regimes definem-se como sendo aqueles em que a Polícia não é um instrumento para manter a ordem pública e a segurança dos cidadãos, mas além disso, ou mesmo à custa disso, um instrumento de governo. Por outras palavras, são aqueles regimes em que os governos utilizam como instrumento para se conservar no poder a chamada "Polícia Política" isto é, uma polícia especializada em controlar as actividades e opiniões políticas dos cidadãos, em isolar aqueles cidadãos que possam constituir perigo para o governo vigente, em assegurar que os cargos do Estado, as direcções dos Sindicatos, dos clubes e outras associações sejam providas em pessoas que ofereçam garantias de fidelidade aos governantes, ou pelo menos de inocuidade política. Em tais regimes a segurança do Estado confunde-se com a segurança do governo, mesmo quando esta entra em conflito com a segurança dos cidadãos; e a Polícia é concebida como tendo por finalidade principal garantir a segurança dos governantes.

Quem diz governo e governantes diz partido, pois, como Vossa Excelência muito bem sabe, ainda não se descobriu maneira de constituir um regime tecnocrático. Paraphraseando uma frase do Sr. Dr. Oliveira Salazar, todo o governo tem uma doutrina e é uma força.

A questão está em saber se essa doutrina ocupa o poder por meios normais e legítimos isto é, sem recurso à violência, pela persuasão,

pelo assentimento colectivo, ou se pelo contrário é imposta por meio da Polícia Política; se a força provém do consenso da maioria, se é a expressão real e não sofismada do funcionamento das instituições sociais, ou se pelo contrário é uma força meramente física, exterior às instituições, viciando e deformando o seu funcionamento, — se é em suma uma força cívica ou uma força conhecida imagem, a questão está em saber se a balança funciona com os seus pesos legítimos, ou se a desequilibra a espada de Breno dando por toda a justificação: *Vae victis!*

Na primeira hipótese não se pode falar de regime policial; na segunda só se pode falar de regime policial!

Não me refiro, Senhor Ministro, a circunstâncias anormais, a tempos de alterações ou a desastres, em que a Polícia, como os bombeiros, têm papel excepcional. Refiro-me a longos períodos em que a Polícia política é um instrumento normal de governo, uma peça in-

dispensável de um sistema, para o qual toda a política se resume na eficiência daquela polícia.

Vossa Excelência pensará talvez que está no meu pensamento a ideia de que tal sistema vigora no nosso país de há trinta anos para cá; que julgo existir no nosso país uma polícia especialmente encarregada de vigiar o comportamento político dos cidadãos, impedindo-os de ultrapassarem certos limites definidos pelo partido governante, de impedir, fazer abortar ou reprimir greves, de apreender livros, de informar acerca do comportamento político de todos os candidatos a lugares públicos, a direcções de sindicatos, e outras associações profissionais, a bolsas de estudo, etc., etc., de assegurar o cumprimento realmente difícil da regulamentação que quase reduz a zero o direito de associação e reunião. Vossa Excelência decidirá no íntimo da sua consciência, naqueles momentos em que nos sentimos obrigados a sinceridade com nós mesmos, se a P.I.D.E. é ou não uma polícia política; se essa Po-

lícia tem sido ou não, neste últimos trinta anos, um instrumento essencial de governo; e concluirá, de si para si, se sim ou não, afinal, o regime vigente em Portugal, o regime em que Vossa Excelência governa e eu sou governado, é um regime policial, isto é, um governo de um partido apoiado numa polícia.

E' neste contexto que se insere o episódio que sucitou esta carta. Que aconteceu? Aconteceu que a P.I.D.E. interveio directa e declaradamente para impedir a realização de uma conferência literária, que ia ser proferida por uma instituição cultural que toda a gente sabe única e exclusivamente interessada em assuntos de Teatro.

Poderia tratar-se de coisa diferente. Se para tanto se me oferecesse oportunidade eu não me negaria a realizar uma conferência sobre tema político. Não abdiquei dos meus direitos e deveres de cidadão, e compete-me como tal intervir nos assuntos políticos do meu País. Não é pelo facto de não estar filiado na União Nacional que disso me julgo dispensado. E se tendo-me proposto realizar uma conferência política ela fosse impedida pela Polícia, eu considera-

ria isso uma arbitrariedade só possível num regime policial.

Não era todavia disso que se tratava. Eu propunha-me realizar uma conferência sobre tema literário, ou mais exactamente sobre Teatro. Tenho obrigação de saber distinguir os géneros e não confundo uma conferência literária com um comício político. Todas as pessoas que assistiram a várias conferências que tenho realizado em diversos pontos do País — a última em Castelo Branco, já depois do episódio de Coimbra — sabem que eu tenho a nítida consciência dos limites que me são impostos pelos temas que me encarrego de tratar e pelos ambientes em que os trato; e desafio quem quer que seja a sustentar que alguma vez transgrediu estas regras a que me obriga a consciência profissional.

A P.I.D.E. se, como creio, está bem informada a este respeito, não ignora de certo este facto. Como se explica pois a sua intervenção? Como se explica a intervenção de uma Polícia que eu, Vossa Excelência, e qualquer pessoa, consideramos política, num assunto estritamente cultural?

Tão habituados estamos, Excelência, desde há anos, às excepções, ao funcionamento irregular ou ao não-funcionamento das instituições, ao atropelo e confusão de valores, a vermos, como diz um poeta francês, os ratos em cima do telhado e os pássaros dentro da cave, que tenho de gastar algumas palavras para concentrar a atenção de Vossa Excelência no sinistro significado deste episódio.

Toda a gente está de acordo em que a Polícia não é uma entidade habilitada a tratar de assuntos culturais. A cultura é coisa muito melindrosa, e para mexer nela, mesmo com segundas intenções políticas, nunca é demais o saber, a subtilidade, o profundo respeito pelos valores do espírito, a sensibilidade educada no estudo e convívio — qualidades que se não podem exigir de membros da Polícia.

Quando se aceita, pois, que agentes policiaes, por sua alta recreação, intervenham em assuntos de cultura, é porque se parte de um ponto de vista anti-cultural, anti-espiritual. E' porque se não acredita na cultura e no espírito, mas sómente na bruteza. E' porque, afinal, se inverte a ordem de valores própria das nações civilizadas, segundo a qual o respeito pela cultura e pelos seus representantes qualificados é a própria alma de uma sociedade.

Eu disponho, Excelência, de uma parcela, embora modesta, de autoridade espiritual no meu país. Sou um dos membros daquela corporação que tem uma responsabilidade especial no trabalho de dar forma ao espírito de um povo, de conservar e valorizar o seu património cultural, de zelar e defender a chama do espírito. Esta autoridade espiritual foi-me conferida pela entidade competente: o público do meu país. A P.I.D.E., por seu lado, dispõe do poder físico, visto que pode violentar os corpos das pessoas. No caso em questão o poder físico julgou-se competente para decidir se posso ou não desempenhar o papel intelectual que o público me conferiu. Estou certo de que sem mais palavras Vossa Excelência compreenderá porque afirmo que se deu neste caso uma autêntica inversão dos valores civilizados.

Actos desta natureza conduzem-nos a uma situação expressa numa anedota que peço vénia para referir a Vossa Excelência. Num circo aparece o cavalo com o respectivo cavaleiro. O cavalo era fino e ágil e parecia ter inteligência em cada um dos seus músculos alados; o cavaleiro que o dominava tinha pelo contrário um facies obtuso e animalesco e uma musculatura espessa de bruto de feira. Exclama um espectador entusiasmado: —

TOMÁS DA FONSECA

O nosso prezado colaborador e amigo Professor Tomás da Fonseca comemorou recentemente o seu 80.º aniversário. PORTUGAL DEMOCRÁTICO associa-se prazeirosamente à homenagem que todos os democratas do nosso país devem a este intemerado lutador da causa da República. Tomás da Fonseca, da velha estirpe portuguesa de antes quebrar que torcer constitui para a nova geração que combate neste jornal um exemplo e um símbolo.

Do Calcanhar do Mundo

(Ao amigo de Lisboa que me pede noticias)

Novidades d'aquí,
A setecentos metros de altitude?
Homem, reentra em ti
Ou trata da saude.

Pois quê; não sabes já que a vida
Aqui é sempre igual,
Quando não é peor?
O mesmo caldo, a mesma lida
O dia inteiro;
Nos montes o zagal,
Na varsea o cavador,
Na ucha o carvoeiro,
E em toda parte aquela pobre mãe
Que sendo a trave em cada moradia
E' candeia tambem
Que todos encaminha e alumia.

E aqui tens por que a gente
Das montanhas
E' muito diferente
De vocês. E senão repara nisso:
Com duas malgas de agua-pé,
Um bolso de castanha
E um nadinha de fé
Em Jesus Cristo,
Para evitar os males
Que o céu possa mandar,
Rasga montes e vales,
Passa rios e o mar,
Esquece a dor e os desenganos,
E por esses brasis, ao sol ardente,
Luta anos e anos,
Sem um queixume, sem um ai...
Na aparencia contente...
Quem sabe, todavia, o que lá vai,
No coração atormentado?
Mas quê, se tal é seu destino!...
E sem pensar na gloria
A que tem jus o seu passado,
Eis a razão, menino,
Por que destes herois não conta a historia.

E' certo que, por vezes,
Falam alto. Porém,
E' falar por falar, por que ninguém
Tem para mais
Que andar infindos meses
Ao sol e aos temporais,
De picareta, de enxadão
Ou preso ao charrueco,
Sem uma hora de alegria,
Na labuta do pão
De cada dia,

Mesmo que venha seco.
Que pensam eles da governação?
Responde-me primeiro
Que pensa a rola do gavião
Quando a sente sobre ela?
E o cordeiro
Ao ver o lobo abrindo os incisivos
E a guela?

Pois aqui tens como os serranos,
La na sua,
Julgam quem os governa. Positivos,
Mas sobretudo humanos,
Não toleram ninguem que diminua
A sua liberdade ou os iluda
Com gestos que prometem mas não dão,
Que para tal a voz é muda.
Aos que não tem coração
Jamais faltou a garra adunca
E a garganta a falar da patria linda
E da tal salvação, que nunca, nunca
A nenhum dos de cá chegou ainda...
Nem mesmo agora

Chegará. E isso apeser
Das orações que nos mandam resar
À tal senhora
Que, de coroa e manto aurifulgente,
Anda de porta em porta,
De lareira em lareira
A visitar a gente
Mas que de nós se importa
Menos que da primeira
Camisa que vestiu

Mas não perguntes mais
Por que até dói
Tratarmos casos tais...
E por ventura vale a pena
Gastar tinta e papel
Em causa tão pequena
E reles, quando aqui, Manuel,
Temos coisas tamanhas:
A vastidão dos horisontes,
A vida livre das montanhas,
A frescura das fontes,
O murmúrio das aguas nas levadas,
A luz que tudo cria,
A canção amorosa do zagal,
E pelo azul sem fim a cotovia
Anunciando a madrugada?
Não Manuel, não vale.
E fecho como abri
Desta mesma altitude,
Onde a vida me tem.
Homem, reentra em ti
E trata da saude
Porque não andas bem.

TOMÁS DA FONSECA

(Continua na pg. 8)

Portugal na Imprensa Brasileira

O jornalista brasileiro Mattos Pacheco encontra-se em missão profissional, no nosso país, de onde tem enviado algumas crónicas, num estilo vivo, recheadas de pormenores bem observados sobre a vida portuguesa. Transcrevemos hoje do *Diário de São Paulo*, com a devida vénia, uma das reportagens deste jornalista insuspeito, em que transparece bem nítida a dificuldade de vida do povo português sob Salazar.

Vida cara e difícil para os Portugueses

por MATTOS PACHECO

Preços de coisas, utilidades, nunca foi o meu forte. Afinal um solteirão tem direito de ignorar certas coisas, detalhes de um orçamento doméstico. Sei o preço do "whiskey", de cigarros, entrada de cinema e de teatro, quanto se gasta num "restaurant", num bom jantar... Fico até encabulado quando alguém, aqui em Portugal, me pergunta preços de coisas no Brasil, para estabelecer confrontos no custo de vida nos dois países.

O curioso é que também recebo cartas do Brasil, até de gente que não conheço, sugerindo uma reportagem, uma crónica sobre preços, orçamentos, como vive um português da classe média.

A primeira impressão, para o turista, mesmo os que viajam sem os bolsos muito cheios de dollars, a vida em Portugal parece barata. Ilusão de turista, que vive uma vida à parte, muitas vezes sem tomar conhecimento da realidade. Basta uma análise superficial, mesmo de alguém não afeito às questões de economia para concluir que não é nada fácil viver em Portugal, para quem vive do rendimento do seu trabalho. Aliás, assim é em toda a Europa, onde falta trabalho, tudo está explorado, tudo já está dividido.

De lapis em punho e caderninho em mão, o reporter abandonou um pouco a vida de teatros e "cocktails", de passeios turísticos e foi conversar com uma dona de casa. Quanto custa isso, quanto custa aquilo, fizemos um "bombardeio" de perguntas. As comparações ficam a cargo do leitor...

Em Lisboa, no bairro velho, lá pela Alfama ou Mouraria, ainda se aluga uma casa por 900 escudos. Casa bem velhinha, centenária, muito pitoresca para o turista, muito fotogenia... Mas muito desconfortável, quase sempre sem quintal, obrigando as donas de casa pendurarem as roupas nas janelas, do lado da rua. Por mil e oitocentos escudos, uma casinha bem mais razoável, nos bairros novos. Casinha boa, com o Santo António na parede, muito limpa, muito asseada, com um aspecto realmente saudável. É o mesmo preço de um apartamento amplo, nos modernos e bonitos conjuntos residenciais da Lisboa nova, sem o pitoresco da velha cidade, sem paisagem, mas com conforto. Quarteirões e quarteirões inteiros, quadrados, com prédios da mesma altura, do mesmo número de andares, com avenidas largas, mas tudo igual, tudo igual.

Muita gente não se dá ao luxo de uma casa inteira ou um apartamento. Mora numa dependência, em geral duas ou três peças. Quarto, sala e banheiro. Ali o preço não vai além

de setecentos ou oitocentos escudos mensais.

Não há problema de condução, senão o preço dela. Há elétricos (bondes) em quantidade, amarelinhos, limpos, onde encontramos senhores bem vestidos e senhoras de chapéu. O trajeto é dividido em seções, que custam cinquenta, oitenta centavos ou um escudo. Nas horas de entrada e saída das fabricas, dos escritórios circulam também os elétricos com carreiras para operários, que custam cinquenta centavos. E ainda existem os auto-carros (onibus), de dois andares, que têm passagens de cinquenta centavos até três escudos.

Os taxis são mais para os turistas e gente importante. A bandeirada é de dois escudos e cinquenta centavos e mais cinquenta centavos cada trezentos metros. São carros pequenos, para quatro passageiros (dominam os carros alemães, os "Mercedes"), num número quase exagerado. Os taxis perseguem os passageiros, principalmente nas horas mortas da noite... E nos jornais, acabo de ler as reivindicações dos motoristas. Dizem que há taxis de mais, que a concorrência é um caso sério. O governo precisou fixar horários para os motoristas, reduzindo as horas de trabalho. Para que a praça fique mais aliivada... O problema não só abundância de taxis, mas sim e principalmente a ausência de passageiros. Taxi é luxo e se as tarifas forem

de mais, então somente estrangeiros é que pegarão os carros.

Por vinte escudos, come-se bem num "restaurant" popular, com ares de cantina. Em geral, os donos são eles mesmos, cozinheiros e "garçons", tudo. A mulher toma conta da cozinha, o marido fica na caixa e um menor, filho ou empregado, mas sempre um rapazinho de seus 16 a 20 anos, atende a freguezia. Vinte escudos dá para meia sopa, meia porção de carne ou peixe, uma laranja ou uma banana como sobremesa. Estes "restaurants" funcionam quase sempre na base da meia porção. Ninguém mede uma sopa, mas meia sopa, meio bife, meia porção de bacalhau... Além de frutas, as sobremesas mais comuns e populares são o pudim-flam (caramelo) e o arroz doce com canela. Menus limitados, mas comida sempre limpa e gostosa, caseira.

Por uns cinquenta escudos dá para comer com mais luxo, mas no baleão, nas casas tipo americano.

Nas tascas, popularíssimas, frequentadas por operários, até por dez escudos se consegue uma refeição. Mas o ambiente parece da Idade Média, os pratos e talheres são ordinários e higiene passou ao largo e há muitos anos...

Cinema há de todos os preços. De sete escudos, programa duplo, num "poeira", até trinta ou mais escudos, num cine de luxo, com entradas numeradas. Não há sessões contínuas, mas em geral apenas duas exibições diárias. Como nos teatros, há intervalos. Todo o film é exibido em três partes, com intervalos como no teatro, para o publico tomar café, comprar pipoca e amendoim...

Teatro é mais caro. De dez até sessenta escudos. Quase só o de revista tem publico certo.

Os calçados mais populares custam cento e vinte escudos. Os mais caros, nas lojas "chics" do "Chiado", até duzentos e cinquenta.

Camisas para homens, desde sessenta e cinco até quatrocentos escudos, tecidos ótimos, bem acabados, mas com colarinhos que são fora de moda, no Brasil, há dez anos. Beldíssimos.

Roupa feita só muito popular. Não existem casas como "A Exposição", "Garbo". Mas um alfaiate comum cobra por uma calça, cento e vinte escudos. E o casaco, trezentos e cin-

quenta escudos. O corte é absolutamente diferente do Brasil, com muito enchimento. Tecido xadrez e ombros quadrados são a regra geral. Todo mundo, "Tarzan" de alfaiate. Mil e oitocentos escudos é o preço de uma boa roupa, incluindo o tecido.

Voltemos às diversões. Dez escudos é o preço de uma entrada para o football. Mais caro são as touradas, cujo ingresso mais barato, no sol, custa vinte e cinco escudos.

Cafezinho custa um escudo e meio, em geral servido em copinhos.

Um escudo, o preço dos jornais, que em geral não passam de 12 páginas.

Barba custa dois escudos e cinquenta. Cabelo, cinco escudos. Engraxar sapato, um escudo e cinquenta. Há tantos engraxates e vendedores ambulantes de caneta "Parker" de contrabando, quanto "taxis"... Saem atrás da gente, perseguindo os transeuntes, na rua, uns brigando com os outros.

Os moveis, muito trabalhados, são mais baratos que no Brasil.

Geladeiras, que aqui não são indispensáveis, custam cinco mil e quinhentos, de boas marcas alemãs.

Preços de carros. Um "Volkswagen" quarenta e cinco contos. Um "Fiat", cinquenta e cinco. Um "Mercedes", cento e vinte. O carro mais caro e mais "snob" é mesmo o "Cadillac", que atinge duzentos e cinquenta contos. Gasolina, cinco escudos por litro.

Os produtos alemães dominam o mercado de objetos domésticos, carros, até remédios e produtos químicos.

Não é muito comum, a mulher trabalhar, fora de casa. O marido deve ganhar dinheiro, a mulher tomar conta do lar. É a regra geral.

Uma empregada doméstica custa duzentos escudos, com direito a comida, pelo menos.

Uma senhora me conta que um sapato de mulher custa de cento e oitenta até duzentos escudos, em média. De trezentos e cinquenta é de super luxo, para granfina. Uma meia "para bater", 17 escudos. De "nylon", artigo fino, de cinquenta até sessenta escudos. Meias rendadas, quarenta. Como não existem no Brasil.

As fazendas vão de 15 escudos até duzentos, de lã pura, "eachemire".

afinal na lógica dos factos e pela mesma razão o Estado policial e totalitário é na sua inspiração mais profundamente inimigo de toda a cultura.

Nesta ordem de considerações, seria vão da minha parte protestar perante Vossa Excelência a minha dedicação à causa da cultura, invocar os serviços já prestados ao enriquecimento do nosso património cultural, as provas de reconhecimento e simpatia que tenho recebido dos meus leitores, o acolhimento que os meus trabalhos têm encontrado em certos meios competentes fóra de Portugal. Seria vão, Excelência, porque não é apesar disso, é por isso mesmo, é porque tenho colocado acima de tudo os valores espirituais e civilizados — por eles sacrifiquei a cátedra, por eles me vejo espoliado do meu passaporte — é por isso mesmo, repito, que a P.I.D.E. pretende prejudicar a minha actividade cultural.

Não sei, Excelência, que consequências vão resultar desta minha carta. É possível que mais nenhuma conferência minha venha a ser autorizada enquanto Vossa Excelência governar, e que se encontrem meios mais subtis e indirectos para que a P.I.D.E. não tenha de mostrar a face para me impedir de falar em público. Isso só confirmaria as sinistras suposições que acabo de expôr a Vossa Excelência. Mas eu, Excelência, acredito na argumentação, no esclarecimento, e adopto como base de todo o meu procedimento o axioma cartesiano segundo o qual "o bom senso é a

coisa do mundo mais bem distribuída".

Dirijo-me conseqüentemente à razão de Vossa Excelência a expôr-lhe as reflexões que me inspirou o caso de Coimbra, pelo qual Vossa Excelência é legalmente responsável.

Entendo que deveria fazê-lo, eu que acredito na Inteligência, mesmo que pensasse que Vossa Excelência acredita apenas na Fôrça.

Com toda a consideração, me subscrevo

De Vossa Excelência
(a) António José Saraiva

ECOS

Informam-nos de Lisboa que os recrutas da última incorporação, bem como os soldados milicianos, que terminam o serviço militar em Agosto, não regressarão nessa altura à vida civil. Permanecerão nas fileiras mais alguns meses, só sendo licenciados depois das eleições.

* * *

Há mais de seis meses encontram-se presos em Lisboa, sem julgamento, os jovens Nuno Duarte e M. Costa, que foram detidos, na Avenida 24 de Julho, quando distribuíam tarjetas pedindo a anulação do julgamento dos 52 jovens, a efetuar no Porto.

Um casaco de inverno, copia de Dior ou Fath, mil e oitocentos escudos.

O quilo de pão varia entre sete e oito escudos. A carne não é abundante e custa trinta e cinco escudos o quilo. Mas a base da alimentação é o peixe. A pescada custa 25 escudos e o bacalhau varia de 12 a 18, o quilo. Batata custa um escudo e vinte. A dúzia de ovos, varia, conforme a época, de oito até doze escudos, a dúzia. Litro de leite, três escudos. O melhor arroz, oito escudos. O melhor azeite, doze escudos. Banana, dez ou doze escudos a dúzia. Um abacaxi, vinte e cinco até quarenta escudos. Laranja, dez, doze, até quinze escudos, a dúzia.

O vinho é uma tradição, nas refeições. De três escudos o litro já é muito bom. Garrações de cinco litros, eatorze escudos e cinquenta centavos.

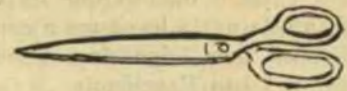
Carne de vaca não é comida de todo dia. Mas há abundância de cabritos, nos açougues. Vinte escudos um pernil, dezoito escudos as demais partes, inclusive costela. Frango é artigo de luxo, custando quarenta escudos, mais ou menos. Perde para os coelhos, que existem em maior quantidade nos "menus" e que custam vinte e cinco escudos.

Estes são os preços que consegui. Mas eles significam pouco, se não tivermos dados sobre salários. O salário médio, comum, de quase todo mundo inclusive do funcionalismo publico, não vai além de mil e quinhentos escudos mensais. Dois mil escudos é considerado um salário bom. E três mil é excepcional, um salário alto, que não é para qualquer um.

Conheci um general, personagem de importância, com um dos mais altos salários do país. Ganha oito mil escudos.

O que reflete bem a situação é a pergunta, invariável, que todos nos fazem, quando sabem que somos brasileiros: "Será que o senhor me consegue uma carta de chamada para o seu país?"

Se Salazar se descuidasse e permitisse a emigração, não tenham dúvida, um dia acordava e encontrava Portugal vazio.



Confraternização Democrática

(Continuação da pg. 5)

ai estivessem comunistas a apoiá-los); Prof. Pereira de Carvalho, Dr. Acácio Gouveia (fez referência ao fato do seu nome estar nos nomes para a Comissão Nacional dizendo que agradecia e aceitava desde já), J. A. Caetano (trabalhador da Carris que leu a mensagem dos seus companheiros de trabalho); um representante dos pais de quem leu outra mensagem dos operários da panificação, F. Alberto Pimentel (em nome da Comissão de Queluz) e um jovem que propôs o envio de uma mensagem ao Tribunal Plenário do Porto que está julgando os jovens e que foi aprovado.

No final o Dr. Antonio Sérgio disse algumas vibrantes palavras congratulando-se com tudo o que se tinha passado e aprovando as sugestões apresentadas.

Depois deste almoço formou-se uma Comissão Executiva Provisória em Lisboa, presidida pelo dr. Sá Vieira.

Os democratas procuram fazer sair rapidamente o Apelo dirigido ao povo e os documentos aprovados na Assembléa, criar uma sede para a Comissão Distrital de Lisboa e procurar estabelecer a coordenação à escala nacional. Já começaram a ser distribuídos muitos exemplares, que ainda existiam, duma publicação de 1953 sobre as normas do recenseamento.

Carta ao Ministro do Interior (Continuação da pg. 7)

Disto é que eu gosto: a fôrça a dominar a inteligência!

Retomando o fio das minhas considerações, pergunto: Porque é que a policia politica se sente atraída pelo campo da cultura? Que interesse pode ter a cultura para a fôrça material?

A resposta não me parece difícil. A simples existência de uma Policia Política altera todo o funcionamento normal de uma sociedade, contorce, deforma, perverte as instituições, por isso mesmo que ela se destina a colocar essas instituições e toda a sociedade ao serviço de um grupo governante. Altera-se por esse facto toda a ordem social, e todos os atropelos passam a ser possíveis. Mais do que possíveis, indispensáveis, cada vez mais frequentemente indispensáveis, porque as instituições sociais, como as fôrças da natureza, tendem a crescer livremente, e só na aparência se conformam com o poder que pretende sujeitá-las. E assim, tendo na sua origem a função de fazer abortar simples conspiratas e

golpes de mão, a Policia política acaba por ocupar-se de todos os actos dos cidadãos, por se tornar uma espionagem universal, por se atemorizar com cada reunião, com cada declaração, com cada pequeno grupo que se organiza para uma simples festa particular. Se Vossa Excelência leu o *Macbeth* de Shakespeare pode fazer uma ideia de como a violência é obrigada a multiplicar-se para se sustentar. E é por este processo inevitável que todo o govêrno que se apoia na Policia política vem a ser um govêrno totalitário.

Ora de todas as manifestações sociais aquelas porque a Policia política mais se sente atingida são as culturais. Manifestação da fôrça bruta, a Policia política tem de considerar como seu inimigo natural não apenas o partido oposto ao dos governantes que ela serve (servindo-se deles) mas tudo aquilo que se opõe à fôrça, tudo aquilo que é espirito, cultura, civilização. Desta forma o interesse da Policia política por assuntos culturais, à primeira vista surpreendente, está